

Esta dissertação objetiva analisar os discursos da imprensa sobre a exposição de material nazista organizada pela polícia política de Santa Catarina em 1942, na cidade de Florianópolis; e, exposta em São Paulo e Rio de Janeiro, em 1943, ganhando notoriedade nacional. Entre 1937 e 1942, polícia política empreendeu uma série de perseguições, apreensões e prisões sobre a população de origem alemã, italiana, e descendentes, que viviam no Estado de Santa Catarina e representavam uma potencial ameaça nazifascista ao projeto de nação brasileira empreendido no governo Vargas. Esses materiais expostos foram amplamente fotografados e divulgados na imprensa local e nacional, sendo construído um álbum, por membros da polícia política, com as matérias e imagens que enalteciam os esforços da campanha de nacionalização empreendida pelo governo durante o Estado Novo. O álbum da exposição constitui-se como um documento-monumento que guarda uma determinada memória; e, a imprensa seleciona, capta e produz imaginários sobre o “perigo alemão” e os desdobramentos.

Orientador: Marlene de Fáveri

Florianópolis, 2019

ANO  
2019

JOECI DE OLIVEIRA JUNIOR | A EXPOSIÇÃO DE MATERIAL NAZISTA NO ESTADO  
NOVO (1937-1945)



**UDESC**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC  
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

## A EXPOSIÇÃO DE MATERIAL NAZISTA NO ESTADO NOVO (1937- 1945)

JOECI DE OLIVEIRA JUNIOR

FLORIANÓPOLIS, 2019

JOECI DE OLIVEIRA JUNIOR

**A EXPOSIÇÃO DE MATERIAL NAZISTA NO ESTADO  
NOVO (1937 – 1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC  
Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED  
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH

Orientadora: Dra. Marlene de Faveri

Florianópolis, SC  
2019

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da  
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Junior, Joeci de Oliveira

A exposição de material nazista no Estado Novo (1937-1945) /  
Joeci de Oliveira Junior. -- 2019.  
102 p.

Orientadora: Marlene de Fáveri

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa  
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de  
Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019.

1. Exposição de Material Nazista. 2. Imprensa. 3. Estado Novo.  
4. Polícia Política. I. Fáveri, Marlene de . II. Universidade do Estado  
de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,  
Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

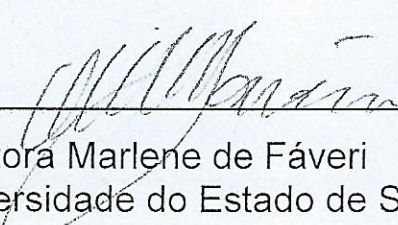
**JOECI DE OLIVEIRA JUNIOR**

**“A EXPOSIÇÃO DE MATERIAL NAZISTA NO ESTADO NOVO E  
RESSIGNIFICAÇÕES DO NAZISMO EM SANTA CATARINA (1942-  
2017)”**


Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestra, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

**Banca julgadora:**

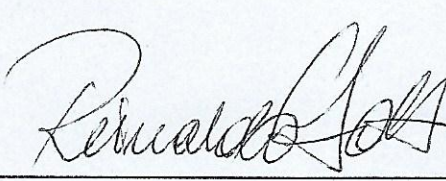
Orientadora:

  
Doutora Marlene de Fáveri  
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:

  
Doutor Paulo Rogério Melo de Oliveira  
Universidade do Vale do Itajaí

Membro:

  
Doutor Reinaldo Lindolfo Löhn  
Universidade do Estado de Santa Catarina

**Florianópolis, 17 de dezembro de 2018**



## RESUMO

Esta dissertação objetiva analisar os discursos da imprensa sobre a exposição de material nazista organizada pela polícia política de Santa Catarina em 1942, na cidade de Florianópolis; e, exposta em São Paulo e Rio de Janeiro, em 1943, ganhando notoriedade nacional. Entre 1937 e 1942, polícia política empreendeu uma série de perseguições, apreensões e prisões sobre a população de origem alemã, italiana, e descendentes, que viviam no Estado de Santa Catarina e representavam uma potencial ameaça nazifascista ao projeto de nação brasileira empreendido no governo Vargas. Esses materiais expostos foram amplamente fotografados e divulgados na imprensa local e nacional, sendo construído um álbum, por membros da polícia política, com as matérias e imagens que enalteciam os esforços da campanha de nacionalização empreendida pelo governo durante o Estado Novo. O álbum da exposição constitui-se como um documento-monumento que guarda uma determinada memória; e, a imprensa seleciona, capta e produz imaginários sobre o “perigo alemão” e os desdobramentos.

**Palavras-chave:** Exposição de Material Nazista. Imprensa. Estado Novo. Polícia Política.



## **ABSTRACT**

This dissertation aims to analyze the press discourses concerning the exhibition of Nazi material which was organized by the political police of the State of Santa Catarina in 1942, in the city of Florianópolis; and was, also, displayed in São Paulo and Rio de Janeiro in 1943, achieving nation wide famous status. Between 1937 and 1942, the political police waged a series of persecutions, seizures and prisons against the population of italian and german origins, whom lived in State of Santa Catarina and depicted a nazi-fascist menace against the brazilian nation project intended by Getulio Vargas. These materials were widely photographed and made public by the local and national presses, and from it na album was built by members of the political police, with the objective to preserve the efforts of the nationality campaign engaged by the government in the Estado Novo. The photo album constitutes an monument-document which preserves a certain memory; and the press selects and produces imaginaries about the “German danger” and its unfoldings.

**Keywords:** : Nazi Material Exhibition. Press. Estado Novo. Political Police.





## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|  |    |
|--|----|
| Figura 1 – Recorte do Jornal <i>A Manhã</i> (30/05/1943), álbum da exposição de material nazista, página 6 . . . . . | 13 |
| Figura 2 – Fotografia registrada pela Polícia Civil de Santa Catarina, em 02 de dezembro de 2014 . . . . .           | 14 |
| Figura 3 – Fotografia do Álbum, sem a capa. . . . .  | 24 |
| Figura 4 – Jornal <i>Diário da Tarde</i> , 28 de julho de 1942 . . . . .   | 26 |
| Figura 5 – Colagem no álbum, página 61 . . . . .   | 27 |
| Figura 6 – Fotografia colada na primeira página do álbum . . . . .   | 29 |
| Figura 7 – Fotografia colada na primeira página do álbum . . . . .   | 30 |
| Figura 8 – Fotografia colada ao álbum, página 2 . . . . .  | 35 |
| Figura 9 – Folha do álbum, página 2 . . . . .  | 35 |
| Figura 10 – Fotografia colada ao álbum, página 3 . . . . .   | 37 |
| Figura 11 – Fotografia colada ao álbum, página 3 . . . . .   | 38 |
| Figura 12 – Fotografia colada ao álbum, página 4 . . . . .   | 39 |
| Figura 13 – Recorte de jornal colado no álbum, página 7 . . . . .  | 42 |
| Figura 14 – Recorte de jornal colado no álbum, página 34 . . . . .   | 44 |
| Figura 15 – Recorte de jornal colado no álbum, página 54 . . . . .   | 46 |
| Figura 16 – Recorte de jornal colado no álbum, página 5 . . . . .  | 47 |
| Figura 17 – Jornal <i>Diário da Noite</i> , colado no álbum (1943), página 8 . . . . .                               | 55 |
| Figura 18 – Recorte de jornais colados no álbum, página 41 . . . . .   | 56 |
| Figura 19 – Recorte do Jornal <i>O Globo</i> , colado no álbum, página 40 . . . . .                                  | 61 |
| Figura 20 – Recorte de Jornal <i>Folha da Noite</i> colado no álbum, página 62 . . . . .                             | 62 |
| Figura 21 – Recorte de Jornal <i>Correio Paulistano</i> , colado no álbum, página 61 . . . . .                       | 63 |
| Figura 22 – Recorte de Jornal <i>A Noite</i> , colado no álbum, página 55 . . . . .                                  | 64 |
| Figura 23 – Recorte de Jornal <i>O Dia</i> , colado no álbum, página 63 . . . . .                                    | 66 |
| Figura 24 – Recorte de Jornal <i>Diário da Noite</i> , colado no álbum, página 47 . . . . .                          | 67 |
| Figura 25 – Imagem fotográfica, colada no álbum, página 4 . . . . .  | 70 |
| Figura 26 – Recorte de Jornal <i>A Noite</i> , colado no álbum, no verso da página 2 . . . . .                       | 72 |
| Figura 27 – Recorte de jornais colados no álbum (1943), páginas 32 e 33 . . . . .                                    | 73 |
| Figura 28 – Recorte de jornal - sem nome/data - colados no álbum, página 28 . . . . .                                | 75 |

|  |     |
|--|-----|
| Figura 29 – Capa do livro <i>O punhal nazista no coração do Brasil</i> . . . . . | 76  |
| Figura 30 – Imagens da página 13 do álbum . . . . .                              | 80  |
| Figura 31 – Correspondência colada no álbum, na página 16 . . . . .              | 101 |
| Figura 32 – Documento colado no álbum (1943), na página 14 . . . . .             | 102 |

## SUMÁRIO

|            |  |            |
|------------|--|------------|
| <b>1</b>   | <b>INTRODUÇÃO . . . . .</b>  | <b>13</b>  |
| <b>2</b>   | <b>UM ALBUM DE MEMÓRIAS: UMA PONTE PARA O PASSADO . . .</b>          | <b>23</b>  |
| <b>2.1</b> | <b>Abrindo o álbum: do registro á memória da exposição . . . . .</b> | <b>24</b>  |
| <b>2.2</b> | <b>O projeto de nacionalização de vargas . . . . .</b>               | <b>39</b>  |
| <b>2.3</b> | <b>A imigração alemã para Santa Catarina . . . . .</b>               | <b>47</b>  |
| <b>3</b>   | <b>A CONSPIRAÇÃO NAZISTA NAS PÁGINAS DA IMPRENSA . . . . .</b>       | <b>53</b>  |
| <b>3.1</b> | <b>O "perigo alemão" nas manifestações nazistas . . . . .</b>        | <b>54</b>  |
| <b>3.2</b> | <b>Um álbum memorialístico da polícia política . . . . .</b>         | <b>69</b>  |
| <b>3.3</b> | <b>Sentidos, memórias, representações da exposição . . . . .</b>     | <b>79</b>  |
| <b>4</b>   | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS . . . . .</b>                                | <b>87</b>  |
|            | <b>FONTES . . . . .</b>  | <b>91</b>  |
|            | <b>REFERÊNCIAS . . . . .</b>   | <b>95</b>  |
|            | <b>ANEXO A – FOTO DOS DOCUMENTOS ORIGINAIS . . . . .</b>             | <b>101</b> |



## 1 INTRODUÇÃO

Dia 30 de maio de 1943, o jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, publica que “Um museu com o material de propaganda nazista utilizado em Santa Catarina: livros, jornais e boletins em alemão — Hitler em todas as posições e de todos os tamanhos — propaganda de guerra — entre o armamento apreendido havia um canhão”. No contexto da Segunda Guerra Mundial muitos materiais foram apreendidos pela polícia política de Santa Catarina, nas cidades e no interior do Estado, em uma intensa campanha de combate as manifestações de cunho nazista e integralista (ver imagem 1).

Figura 1 – Recorte do Jornal *A Manhã* (30/05/1943), álbum da exposição de material nazista, página 6



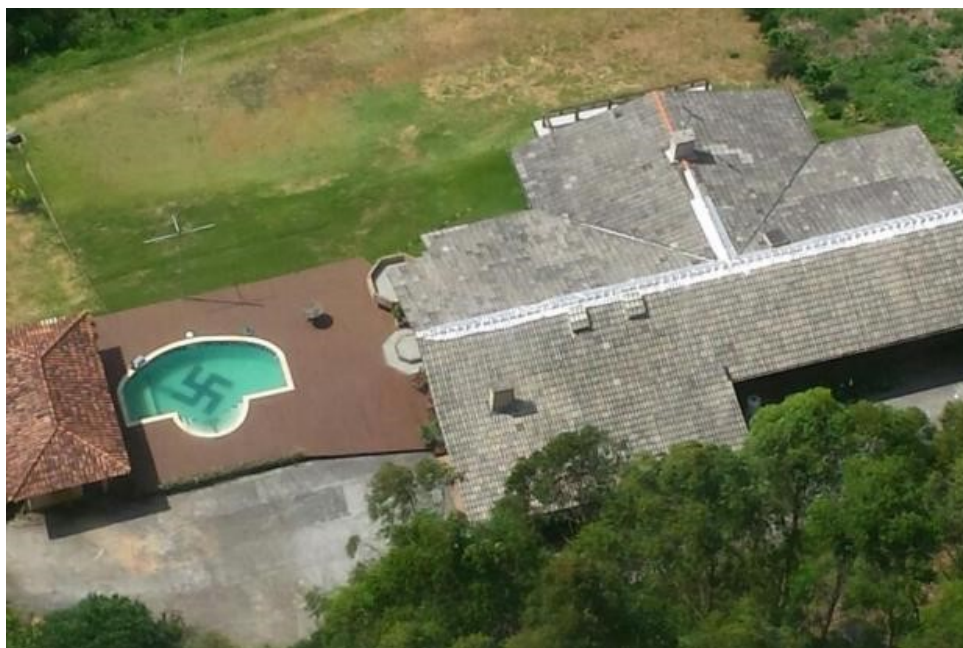
Fonte – Acervo Marlene de Fáveri.

Dia 04 de dezembro de 2014 o *Portal R7* publica matéria em sua página na internet, que diz: “Dono de piscina com suástica já teve objetos nazistas apreendidos e deu ao filho o nome de Adolf: Professor de história se declarou admirador da ideologia, mas diz que não propaga ideais.”<sup>1</sup> Refere-se a um acontecimento do dia 02 de dezembro de 2014, quando um helicóptero da Polícia Civil de Santa Catarina sobrevoava a cidade de Pomerode, e os policiais se deparam com uma imagem de uma grande suástica desenhada no interior da piscina de uma residência. Essa imagem foi compartilhada nas redes sociais do Brasil, gerando uma grande

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://noticias.r7.com/cidades/dono-de-piscina-com-suastica-ja-teve-objetos-nazistas-apreendidos-e-deu-ao-filho-o-nome-de-adolf-04122014>> Acesso em: 28 de maio de 2018.

sensação de espanto. A residência pertence a um conhecido professor de história da região; e, após a veiculação dessa notícia foram levantados outros indícios de suas posições simpáticas ao nazismo, como falas suas em sala de aula e notícias da década 1990 que já mostravam objetos de apologia ao nazismo que foram apreendidos na sua residência (ver imagem 2).

Figura 2 – Fotografia registrada pela Polícia Civil de Santa Catarina, em 02 de dezembro de 2014



Fonte – Disponível: <https://noticias.r7.com/cidades/dono-de-piscina-com-suastica-ja-teve-objetos-nazistas-apreendidos-e-deu-ao-filho-o-nome-de-adolf-04122014>.

Os dois acontecimentos têm uma distância temporal de mais de 70 anos, e mostram que, se havia simpatizantes das ideologias nazistas e fascistas em Santa Catarina nas décadas de 1930 e 1940, antes e durante a Segunda Guerra Mundial, tanto nas cidades quanto nas colônias do interior, hoje reaparecem com outras características. Naqueles anos, no Brasil e em parte do mundo, experimentava-se os governos autoritários; hoje, em tempos de regimes democráticos, grupos, e pessoas, manifestam-se em defesa desses mesmos sistemas de governo excludentes, preconceituosos e violentos.

O Brasil tem uma história marcada por relações autoritárias: a República adveio com um golpe militar, em 1889; em 1930, Getúlio Vargas toma o poder e, em 1937 protagoniza o golpe do Estado Novo. Menos de trinta anos depois, quando a democracia parecia retornar na ainda infante República, em 1964 fomos vitimados por um golpe civil-militar que durou mais de vinte anos. Hoje, estamos à mercê de golpes institucionais, dada a fragilidade da democracia no país.

Passados trinta anos, agora em um período democrático, novamente as ideias fascistas

tomam conta do cenário político nacional com pessoas, grupos políticos e até mesmo instituições que defendem intervenções autoritárias como forma de resolver a complicada situação política que o país se encontra. Um exemplo muito recente foi a tentativa de apresentação de um bloco carnavalesco em São Paulo, o “Porão do DOPS”<sup>2</sup>, fazendo clara apologia ao órgão presente nas duas ditaduras anteriores do Brasil e que, principalmente no segundo, foi acusado de casos de tortura, assassinatos e desaparecimentos. Este Departamento de Ordem Política e Social, órgão governamental que tinha o intuito de assegurar a ordem e a disciplina no Brasil, foi criado em 30 de dezembro de 1924, foi extinto somente em 4 de março de 1983, portanto, perpassou o período do Estado Novo (1937-1945) e da ditadura militar (1964 – 1979).

Em outubro de 2017, a revista *Superinteressante* publicou um dossiê exclusivamente sobre o nazismo no Brasil<sup>3</sup>. Este dossiê, além de tratar sobre o contexto da Segunda Guerra Mundial, mostra como nazistas conseguiram refúgio no Brasil e na América após a guerra, e a existência de grupos nazistas até os dias de hoje. Enuncia, também, que o Estado de Santa Catarina é um dos principais lugares de expansão de manifestações nazifascistas na atualidade. Esses discursos que defendem governos autoritários se reatualizam, e, em 2018, se reproduzem posicionamentos nazistas, fascistas, preconceituosos, racistas, xenófobos, violentos, veiculados em mídias diversas. Para exemplificar, no ano de 2018, com as eleições presidenciais, jogos de poder e de forças se exacerbaram, configurando uma disputa entre “barbárie” e “civilização”.

Estas manifestações de cunho fascista me inquietaram principalmente pela sua maior concentração na região sul do Brasil. Durante minha graduação em História, em meados de 2013, me foi apresentado um álbum de memórias sobre uma exposição de materiais nazistas colhidos em Santa Catarina entre 1937 e 1942, e minha curiosidade me levou a estudar o tema. Descobri que esta exposição foi montada, no ano seguinte, nas capitais do Rio de Janeiro e São Paulo. Passei a fazer perguntas, ler as reportagens das mídias da época contidas no álbum, e decidi fazer este estudo.

Nos anos que antecederam a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 22 de agosto de 1942, por determinação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), a polícia fazia investidas na capital catarinense e nos municípios do interior, recolhendo materiais com alusões ao Nazismo, Fascismo e Integralismo. Todo esse material recolhido foi organizado e exposto ao público, com o intuito de mostrar à população o trabalho da força policial na repressão

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/juiz-barra-porao-do-dops/>>. Acesso em: 20 maio de 2018.

<sup>3</sup> SANTI, Alexandre de. Nazismo no Brasil. **Revista Superinteressante**, São Paulo, p. 64, abril 2017.



aos simpatizantes do Nazismo, e disseminar o medo daqueles que, naquele momento eram considerados inimigos da Pátria brasileira: os italianos, alemães e japoneses e seus descendentes nascidos no Brasil.

Esta exposição foi levada ao público de Florianópolis em 25 julho de 1942, expondo fotografias dos mais variados objetos apreendidos, sobressaindo-se as armas de diversas formas e tamanhos. A exposição ficou por meses em Florianópolis; no ano seguinte, foi levada para Rio de Janeiro e São Paulo, com o objetivo de mostrar a repressão e o eficiente trabalho do governo de Santa Catarina, e de seus militares, no expurgo dos nazistas. Desta exposição, foram guardadas fotografias afixadas em um álbum, preenchido também com recortes dos jornais que anunciavam a exposição.

Neste estudo, debruço-me sobre este álbum, entendido como um artefato da memória, analisando os pormenores dos documentos ali fixados. Pergunto-me as razões da produção deste álbum, quem o produziu, com que intenções? Quem o guardou e como chegou até hoje? O que queriam monumentalizar os organizadores desse documento? O que podemos descortinar da repressão ao nazismo nos anos de 1940, tecendo um paralelo com as permanências das ideias fascistas nos dias de hoje? Os documentos que serão utilizados nesta pesquisa como fontes, são vistos como “documentos-monumentos”, ciente de que “O documento é monumento (...) um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, (...) uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos” segundo Jacques Le Goff<sup>4</sup>.

Reporto-me à historiadora Elizabeth Cancelli, ao afirmar que “Para fazer história precisamos fugir da superficialidade e das aparências. Precisamos cavar mais fundo, fazer perguntas mais complexas e buscar novos acervos documentais”<sup>5</sup>. Segundo a própria autora, a emergência de estudos que tratem do autoritarismo e da violência política enquanto expressão de uma cultura política brasileira pressupõe voltar a atenção aos períodos das ditaduras do Estado Novo e a Civil Militar. A autora sugere “aos jovens pesquisadores que fazer perguntas é o primeiro passo para, a partir das incertezas, encontrar respostas criativas e inovadoras. Um exercício de cidadania política e de cidadania profissional dos mais saudáveis”<sup>6</sup>. É dentro desta perspectiva que este trabalho pretende contribuir para os estudos históricos. Por esta via, este trabalho se insere nos

<sup>4</sup> LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: **História e memória**. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1992, p. 535–553.

<sup>5</sup> PRIORI, Cláudia. Violência na vida política brasileira e a urgência de novas pesquisas históricas - Elizabeth Cancelli. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 5, n. 9, jul./dez. 2013, p. 12.

<sup>6</sup> Ibid., p. 15.

domínios do chamado tempo presente, e tendo claro que o autoritarismo mantém-se presente nas relações políticas brasileiras.

Este “passado que não passa”<sup>7</sup>, para usar uma expressão de Henry Rousso, historiador que dedica seus estudos à História do Tempo Presente, continua a fazer estragos e trazer as marcas do passado. Elizabeth Cancelli avalia que estas marcas cravadas pelo regime de Vargas e pela Ditadura Civil Militar “(...) deixaram uma herança muito grande em nossa cultura política, infelizmente. Houve, entretanto, rupturas e continuidades. São dois períodos ditatoriais que se utilizaram da violência em seus projetos políticos de poder”<sup>8</sup>.

Entendo que estes acontecimentos fazem parte de nosso tempo, e ainda geram ressentimentos em velhos, homens e mulheres que passaram pela experiência do regime de censura e medo. Esses sentidos fazem parte da cultura política brasileira, de bases autoritárias, que tem momentos de menor força, mas não deixaram de existir. Cito as palavras de Serge Bernstein:

Mas a história nos mostra que uma cultura política se marginaliza, mas ela não morre. Ela pode se tornar menos marcante, interessar a um número cada vez menor de indivíduos, pode sofrer grandes transformações a ponto de perder algumas de suas características, pode combinar-se com outras culturas políticas para dar origem a um novo conjunto, mas ela jamais desaparece totalmente. (...) É que o conjunto de representações que constitui uma cultura política sempre reage a alguma exigência profunda, permanentemente presente no corpo social, e o conjunto de elementos interdependentes de que ela é formada oferece uma grade de leitura correlacionada com tais exigências. (...) Tanto é assim que os tempos da história são múltiplos, e as culturas políticas pertencem simultaneamente ao tempo longo da tradição e ao tempo curto do fato presente<sup>9</sup>.

Nessa perspectiva, pretendo analisar as manifestações de caráter nazifascista ocorridos em Santa Catarina por meio do registro do álbum construído pela polícia política durante a campanha de nacionalização no Brasil, tendo como fontes o próprio álbum, as matérias da imprensa e fotografias ali afixadas; informes oficiais e a legislação da época. Meu objetivo é perceber quais memórias da exposição foram consideradas pertinentes para serem afixadas num álbum; a quem interessava esse registro; quais interesses havia na produção desse documento/monumento. Montado por membros da polícia política, este álbum conserva uma memória dos vencedores, e, concordando com Peter Burke, os vencedores silenciam o que lhes é conveniente na construção de um objeto de memória, “podem dar-se o luxo de esquecer”<sup>10</sup>.

<sup>7</sup> AREND, Silvia Maria Fávero; MACEDO, Fábio. Sobre a História do Tempo Presente: Entrevista com o historiador Henry Rousso. **Revista Tempo e Argumento**, v. 1, n. 1, 2009, p. 208-209.

<sup>8</sup> PRIORI, op. cit., p. 12.

<sup>9</sup> BERNSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al. (Orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 40-41.

<sup>10</sup> BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 83.

Desta exposição foram guardados muitos recortes de jornais, o que permite análises sobre a imprensa e a forma como a divulgou. A imprensa registra processos sociais e políticos, e permite a observação de uma certa memória histórica, seu momento de produção, os fins e os interesses para o que é divulgado. Remeto-me novamente a Burke, quando este afirma que: “As memórias são influenciadas pela organização social de transmissão e os diferentes meios de comunicação empregados”<sup>11</sup>, salientando o importante papel do meio que transmite essa memória para a posteridade. Marieta de Moraes Ferreira aponta aos historiadores a importância de “repensar as relações entre passado e presente e definir para a história do tempo presente o estudo dos usos do passado”<sup>12</sup>, referindo-se s discussões entre Memória e História.

Na historiografia sobre o período Vargas e o Estado Novo há uma série de produções científicas, e cito a obra com organização de Dulce Pandolfi, *Repensando o Estado Novo*, cujos artigos trazem diferentes visões sobre o trabalhismo, a imprensa, o judiciário, os intelectuais, a política cultural, dentre outros temas<sup>13</sup>. Sobre a repressão na era Vargas, o livro de Ana Maria Dietrich, *Caça às suásticas: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da polícia política*<sup>14</sup>, mostra como a polícia política de Vargas criou mecanismos repressivos, produzindo uma série de documentos com critérios próprios sobre o Partido Nazista, sinalizando os perigo de olhares desatentos a estas fontes. O trabalho de Priscilla Perazzo, *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*<sup>15</sup>, é importante referência e analisa o nacionalismo, as atividades nazistas dos alemães no Brasil e a repressão, com dados numéricos importantes para esta pesquisa.

Maria Luiza Tucci Carneiro e Frederico Croci organizaram o livro *Tempos de fascismos: ideologia, intolerância, imaginários*<sup>16</sup>, no qual apresentam as múltiplas faces que o fascismo, racismo e intolerâncias tendem a aparecer. Evidenciam que esses sentimentos têm um auge nas décadas de 1930 e 1940 devido à associação com as mobilizações nacionalistas; são capazes de se rearticular e reaparecerem em diferentes tempos, inclusive em variadas dimensões da contemporaneidade, como se percebe hoje nas perseguições a diferentes grupos por movimentos de extrema direita.

A obra de Marlene de Fáveri, *Memórias de Uma (outra) Guerra: cotidiano e medo*

<sup>11</sup> BURKE, 2000, p. 73.

<sup>12</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. História, Tempo Presente e História Oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 2002, p. 314–332.

<sup>13</sup> PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

<sup>14</sup> DIETRICH, Ana Maria. **Caça às suásticas: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da polícia política**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Fapesc, 2007.

<sup>15</sup> PERAZZO, Priscila Ferreira. **O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

<sup>16</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Frederico (Orgs). **Tempos de fascismos: Ideologia, Intolerância, Imaginários**. São Paulo: Edusp, 2010.

*durante a Segunda Guerra em Santa Catarina* é um dos referenciais historiográficos mais importantes, pois trata das memórias dos descendentes de alemães e italianos que sofreram a forte repressão das políticas de nacionalização, implementadas por Getúlio Vargas durante o Estado Novo e especificamente durante a Segunda Guerra, fortemente impostas e cobradas pelo interventor Nereu Ramos. A historiadora foi em busca de memórias, e nos mostra que,

Se a historiografia sobre Santa Catarina tem se omitido até bem pouco na visualização das miúdas franjas e relações vividas durante aqueles anos da Segunda Guerra, este “silêncio historiográfico” pode ser interpretado como um cuidado da sociedade civil em “esquecer” acontecimentos que lhe são duros de lembrar? Ou seria a ausência de arquivos específicos e documentação farta? Ou seria, ainda, a memória oficial posterior a guerra, que fez prevalecer mitos e heróis, homens públicos e redes políticas entre partidos que naquele momento se digladiavam e excluía, rearranjando-se depois no poder onde estão até hoje? A dificuldade de ouvir o outro, principalmente deixar que fale de suas lembranças e ouvir silêncios e os rancores?<sup>17</sup>

Na obra a autora mostra relatos, cartas e outras fontes que mostram todos os problemas e repressões sofridas neste período, bem como a ação da polícia política no recolhimento de materiais para a exposição que analiso, fazendo forte menção e mostrando alguns materiais expostos.

A principal fonte para este trabalho será o álbum composto de fotografias da exposição de material nazista, recortes de jornais tratando da exposição ou de temas relativos à campanha de nacionalização empreendida pelo governo na época e comunicados oficiais do DIP. Esta fonte está disponível na sua forma original, como veremos adiante. Foi produzido por membros da polícia política de Santa Catarina, com vistas a enaltecer tal campanha nacionalizadora e alertar para o perigo alemão no Estado. As matérias de jornais constantes do álbum serão analisadas a partir na noção de que “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que elegera como digno de chegar até o público”, como nos alerta Tania Regina de Luca<sup>18</sup>. Para a historiadora Tânia Regina de Luca, escrever uma história da imprensa não é o mesmo que fazê-lo por meio da imprensa, estabelecendo diferenças. Segundo suas palavras, “reconhecia-se, portanto, a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de se escrever a História da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da história por meio da imprensa”<sup>19</sup>. Nos últimos anos, historiadores têm utilizado a imprensa como fonte de pesquisa, principalmente a partir das décadas de 1970 e 1980. Maria

<sup>17</sup> FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra**: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. 2. ed. Florianópolis: Ed. UFSC; Itajaí: Ed. Univali, 2004, p. 21.

<sup>18</sup> LUCA, Tania Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINKI, Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 139.

<sup>19</sup> Ibid., p. 111.

Helena Rolim Capelato nos remete a imprensa como fonte documental para uma abordagem metodológica:

(...) o redimensionamento da imprensa como fonte documental – na medida em que expressa discursos e expressões de protagonistas – possibilitou a busca de novas perspectivas para a análise dos processos históricos. Dessa forma, superou-se a perspectiva limitada de identificar a imprensa como portadora dos “fatos” e da verdade. Deixaram-se também para trás posturas preconcebidas, que a interpretavam desdenhosamente, como mero veículo de ideias ou forças sociais, que por sua vez, eram subordinadas estritamente por uma infraestrutura socioeconômica<sup>20</sup>.

Neste caso do álbum, além da seleção da própria imprensa, houve a seleção de quem recolheu as imagens e recortes e as considerou importante guardar. Também trato da obra *O punhal nazista no coração do Brasil*, de 1943, com organização de Antônio de Lara Ribas, o Delegado de Ordem Política e Social do Estado de Santa Catarina. É um livro considerado fonte, produzido no calor dos acontecimentos da Segunda Guerra, com intuito de mostrar os feitos da campanha de nacionalização. O livro é produto de uma prática cultural de produzir uma determinada representação sobre os acontecimentos. O historiador Roger Chartier nos mostra que,

(...) qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que designa. Sempre a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto da representação<sup>21</sup>.

Tanto o álbum quanto o livro citado carregam consigo a carga de representações de seus autores e por estes pretendidas. Desta forma cabe não só tomá-los como fontes pelo que dizem literalmente, mas também analisar o porquê de dizerem aquilo, quais as intencionalidades, quem os autores buscavam atingir, “As representações possuem uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é”<sup>22</sup>. O historiador tem como função primordial enxergar as várias possibilidades da fonte que se propõe a analisar, e, concordando com Carlos Bacellar,

Munido das armas e precauções dispostas anteriormente, de conhecimento prévio sobre o assunto (fruto de muita pesquisa bibliográfica a respeito do período estudado e do que concluíram historiadores que trabalharam antes dele), o pesquisador está pronto para prosseguir na análise e na interpretação

<sup>20</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 149.

<sup>21</sup> CHARTIER, Roger. Defesa e Ilustração da Noção de Representação. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15–29, jul./dez. 2011, p. 16.

<sup>22</sup> Ibid., p. 23.

de suas fontes. Já pode cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências e produzir um trabalho de História<sup>23</sup>.

Inserido em perspectivas que privilegiam o estudo do tempo presente, são necessários cuidados em interpretar suas fontes e construir meios para estabelecer distanciamento do objeto de pesquisa, sem, entretanto, perder totalmente as subjetividades. Segundo Michel Foucault, interpretar é uma tarefa infinita, sempre fragmentada e inacabada, sendo necessário escavar na profundidade das fontes. Com isso, quero dizer que as fontes que compulso neste trabalho provocam para uma “memória dos vencedores”, pois a campanha de nacionalização foi eficaz, produziu medo e silenciamento; e o álbum se materializa para afirmar e guardar essa vitória das forças policiais. Lembro que as mídias da época, em geral, estavam perfeitamente alinhadas às ações do governo, e o que não estava de acordo com as normas vigentes era censurado<sup>24</sup>.

Num primeiro capítulo, intitulado **Um álbum de memórias: uma ponte para o passado**, trato do álbum da exposição de material nazista, analisando-o minuciosamente enquanto “documento-monumento”, observando os detalhes, as condições de sua produção, para que e por quem fora produzido, e as representações que suscitou esta exposição. Foi preciso compreender o projeto de nacionalização de Vargas e a imigração ítalo-germânica para Santa Catarina no entendimento da cultura política que se alinha a culturas diferentes.

No segundo capítulo, analiso os discursos da imprensa impressa acerca da exposição, tomando como fontes principais recortes de jornais diversos afixados no álbum. Intitulado **A conspiração nazista nas páginas da imprensa**, percebo como era divulgado o “perigo alemão”; a construção de uma memória da polícia política; e, manifestações sobre a exposição divulgadas nos jornais.

---

<sup>23</sup> BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 71.

<sup>24</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura F. de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.



## 2 UM ALBUM DE MEMÓRIAS: UMA PONTE PARA O PASSADO

No ano de 2000, o então aluno do curso de história da UDESC, Mario Ernesto Kuehne, apresentou à professora Marlene de Fáveri um álbum que constava nos guardados de sua família. Mario era filho de João Kuehne, importante agente da polícia política na época da repressão e da nacionalização durante a Segunda Guerra Mundial. Esse álbum fora confeccionado para “lembrar o feito da campanha de nacionalização em Santa Catarina, e por isso foi guardado pela família todo esse tempo”, palavras ditas por Mario Kuehne à professora. João Kuehne era Chefe do Serviço de Ordem Política e Social em Santa Catarina (DOPS) e foi um dos principais responsáveis pelo recolhimento dos materiais, montagem da exposição e pela sua ida às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo o representante do DEOPS de Santa Catarina, quando a exposição estava nestes lugares. Quando recebeu o Álbum, conforme relato da professora Marlene:

O álbum tinha uma capa de madeira, e veio dentro de um saco plástico amarrado. Ao abrir, em casa, em poucos minutos, centenas de cupins voaram, e a capa praticamente se deteriorou, sendo impossível preservá-la, o que foi uma lástima. Na época não tínhamos o costume de fotografar essas coisas e ficou só na memória... Ele disse que não era preciso devolver; e deste então está comigo, bem como o livro *Um punhal Nazista no coração do Brasil*, também trazido pelo aluno Mario Kuehne<sup>1</sup>.

Em 2013, a professora Marlene ministrou um minicurso sobre fontes históricas e apresentou tanto o álbum quanto o livro *Um punhal Nazista no Coração do Brasil*, além de outros documentos. Na ocasião, a professora contextualizou aquelas fontes, produzidas no ano em que o Brasil havia decretado guerra ao Eixo, em 1942, a saber, Alemanha, Itália e Japão, e as consequências para as populações do Brasil, especialmente em Santa Catarina. Foi quando conheci o tema e fiquei muito curioso. Depois, lendo o livro *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina*, de autoria da professora Marlene de Fáveri, fui instigado por este álbum. Propus-me a trabalhar, a partir de uma análise das imagens e das variadas fontes ali presentes, as questões a serem desenvolvidas e discutidas neste trabalho. Conforme imagem abaixo, o estado deste documento, embora tenha sofrido ações do tempo e manuseio, e por ter ficado muito tempo guardado, mantém as colagens intactas e legíveis. Abaixo, uma reprodução da primeira página do álbum, com duas fotografias coladas de maneira perpendicular, atravessadas, com as imagens que, na escolha de quem o construiu, pareceram mais elucidativas (ver imagem 3).

<sup>1</sup> Depoimento de Marlene de Fáveri, para Joeci de Oliveira, em agosto de 2013. Florianópolis.



Figura 3 – Fotografia do Álbum, sem a capa.



Fonte – Acervo: Marlene de Fáveri.

## 2.1 Abrindo o álbum: do registro á memória da exposição

A partir das imagens fotográficas contidas no álbum, procuro compreender como a polícia política de Santa Catarina, nos anos que antecederam e até 1943, no auge da Segunda Guerra Mundial, agia na repressão aos ítalo-germânicos, mais especialmente quais representações escolhiam para a montagem da exposição e quais imaginários queriam produzir. Os imaginários sociais constituem pontos de referência construídos através de símbolos que são selecionados, elaborados, divulgados de forma a estabelecer percepções coletivas. Segundo Bronislaw Baczko,

(...) através dos seus imaginários sociais, uma colectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de ‘bom comportamento’, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do ‘chefe’, o “bom súbdito”, o ‘guerreiro corajoso’, etc<sup>2</sup>.

A exposição de material nazista pode ser interpretada como produtora de sentidos nas pessoas de um determinado contexto, interferindo diretamente nas suas ações e percepções.

O álbum foi construído por meio de montagem com fotografias da exposição de material nazista organizada em Florianópolis; recortes de jornais locais, regionais e de outros Estados; o convite para a exposição; e manifestações de personalidades e instituições das cidades que fora exposta. Além disso, há informes do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão

<sup>2</sup> BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi**: Anthropos-Homen. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985. v. 5, p. 309.

criado em 1939, durante o governo de Getúlio Vargas e o Estado Novo, e tinha como principais atribuições, cuidar da censura e da propaganda. Foi extinto em 1945, com o fim do Estado Novo<sup>3</sup>.

Esses recortes e imagens estão colados nas folhas, dispostos de maneira irregular, e constam as datas da colagem, ou alguma anotação a caneta, e, a maioria das folhas contém mais de uma colagem. Com 63 folhas em formato retangular com as dimensões de 50x35 cm. As folhas foram encadernadas a partir de uma borda onde estavam afixadas, em dois orifícios, à capa de madeira que foi destruída por cupins. As folhas se encontram bem amareladas e com imperfeições na extremidade devido à ação do tempo.

Somente as primeiras seis folhas possuem colagens nos anversos e três estão vazias, com anotações a lápis — palavras ou frases como ‘DIP’, ‘Jornal’, ou ‘falta outra reportagem das diretrizes’ — sendo provável que foram retiradas e talvez ‘emprestadas’ a algum jornalista ou órgão de governo, por que algumas delas são as que aparecem em jornais fazendo a divulgação da exposição em reportagens jornalísticas. O álbum não tem uma lógica temporal, mistura panfletos com notícias, embora se atenha mais ao ano de 1943, especialmente com a montagem da exposição no Rio de Janeiro. Decerto foi uma montagem à medida em que recolhiam algum material de imprensa e iam colando.

Observo que, além das fotografias, não há colagens de jornais sobre a exposição em Florianópolis, embora tenha sido noticiada na imprensa. A quase totalidade dos recortes de jornais noticiam a exposição; a inauguração em São Paulo em 05 de agosto de 1943 e seu encerramento “com solenidade” no dia 19 de agosto; no Rio de Janeiro, inauguração em 23 de agosto de 1943.

Em Florianópolis, a exposição foi inaugurada em 25 de julho de 1942, em uma das salas da Delegacia de Ordem Política e Social. O Jornal *Diario da Tarde*, em 28 de julho daquele ano, noticiou o evento, arrolando a presença de autoridades; citou que a exposição era “um repositório impressionante das atividades deletérias dos inimigos da Pátria, na sua faixa criminosa de solapar os sentimentos de brasilidade que animam nosso povo, representando, por outro lado, uma clarinada estridente alertando todos os patriotas a manterem-se vigilantes contra as traições dos quinta-colunistas (ver imagem 4).

Os jornais *A Gazeta*, *A Notícia* e *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina* também publicaram sobre a exposição. No jornal *A Notícia* se lê que foram “expostas em Florianópolis as

---

<sup>3</sup> Ver mais em: CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 167-178.

Figura 4 – Jornal *Diário da Tarde*, 28 de julho de 1942

Fonte – APESC, Florianópolis.

provas da traição dos membros da quinta coluna em Santa Catarina (...) O material de propaganda, variadíssimo e inédito, impressionou vivamente os visitantes”<sup>4</sup>. O jornal *A Gazeta* publicou que “bandeiras, mapas, dísticos, publicações, armas variadas, demonstram claramente o perigo das manobras que, desde longa data, vem sendo desenvolvidas por determinação do Reich, ao mesmo tempo oferecem um testemunho frisante da atuação das autoridades catarinenses, na sua patriótica campanha de destruir a infiltração nazi-racista”<sup>5</sup>. Tanto a ênfase no caráter impressionante revelado pelos materiais expostos como o enaltecimento do trabalho das autoridades catarinenses, são aspectos presentes nas publicações dos veículos de imprensa locais.

O *Correio Paulistano* e *A Gazeta*, jornais de São Paulo, anunciam a inauguração da exposição naquela cidade, no dia 05 de agosto de 1943. No *Correio Paulistano* lemos: “as

<sup>4</sup> Jornal *A Notícia*, 26 de julho de 1942. Arquivo: ABPESC. Florianópolis.

<sup>5</sup> Jornal *A Gazeta*, 28 de julho de 1942. Arquivo: ABPESC. Florianópolis.

criminosas atividades nazistas no sul do país – exposição de material subversivo apreendido pela polícia brasileira”. Consta que a exposição “foi patrocinada pela Bandeira Paulistana de Alfabetização, no prédio Martinelli, e orientada pelo sr. João Kuehne, comissário de polícia do Estado de Santa Catarina”. Na narrativa, o jornal conta que a exposição mostra “copioso material subversivo apreendido dos nazistas do sul, na qual é revelada, com eloquência, a obra nefasta que o nazismo, em criminoso conluio com o integralismo, vinha realizando naquele estado, a fim de minar a segurança nacional” (ver imagem 5).

Figura 5 – Colagem no álbum, página 61



Fonte – Acervo: Marlene de Fáveri.

No Rio de Janeiro a exposição foi montada em 27 de agosto de 1943. O jornal *O Radical* enfatiza, em manchete, que “Doze mil pessoas visitam diariamente a exposição”, inaugurada em “sessão cinematográfica” com a promoção da Liga de Defesa Nacional e da Sociedade Amigos da América”. Diz o jornal que “a exposição tem sido visitada por grande massa popular, calculando-se uma média de 12.000 visitantes por dia”, sendo estudantes, militares, pessoas diversas, e que “fica aberta diariamente, inclusive domingos e feriados, desde as 10 horas, encerrado o expediente às 22 horas, até o dia 22 de setembro”. Considerando a fonte, o jornal *O Radical*, “cujo passado de lutas contra o integralismo subserviente, a Gestapo e contra a infiltração nazi-fascista no Brasil é conhecido pelo povo...”, posso avaliar que positivou as informações. Seriam mesmo doze mil visitantes por dia? Sendo que foi inaugurada em São Paulo em 05 de agosto, e no Rio de Janeiro no dia 27 de agosto e encerrada dia 19.

O álbum é tomado aqui a partir da condição de documento/monumento. O documento era o fundamento do fato histórico para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início

do século XX, ou portador de objetividade, ao contrário do monumento, intencionalmente criado para destacar um evento ou personalidade, carregado de subjetividades. Assim, em princípio, o monumento era visto como um material historiográfico de valor contestável, caracterizado, segundo Jacques Le Goff, pelo “poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas”<sup>6</sup>, por meio de testemunhos não escritos em sua maioria. O autor desconstrói esta falsa dicotomia, afirmando que todo documento é monumento, com o argumento que todo documento é fruto de escolhas e intenções de quem o elabora, sendo portador de um ponto de vista parcial da história. Para ele, “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.” E completa: “só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa”<sup>7</sup>. Mais do que parcial, Le Goff escreve que, de alguma forma, **todo documento** é resultado de uma:

(...) montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo”<sup>8</sup>.

Assim, tomando esse documento/monumento como fonte, passo a analisar as imagens. As quatro primeiras páginas são de fotografias da exposição, e são ao todo doze fotografias. As seguintes contêm matérias de jornais de Santa Catarina sobre a exposição ou temas relacionados; algumas manifestações de quem visitou a exposição, e outras três páginas contendo seis comunicados do DIP.

Para uma análise do álbum é necessário entender por quem ele foi produzido, com qual intenção, que memória queriam guardar ou transmitir e porque aquelas imagens e recortes foram os selecionados. O álbum se encontrava sob a posse da família Kuehne e é provável que tenha sido produzido por João Kuehne, possivelmente com a interação de outros policiais, como o Coronel Antônio de Lara Ribas, já que não constam informações de sua autoria ou da data que foi produzido. Posso inferir que tenha sido construído aos poucos, como se monta um álbum de

---

<sup>6</sup> LE GOFF, 1992, p. 536.

<sup>7</sup> Ibid., p. 545.

<sup>8</sup> Ibid., p. 548.



fotografias; deduz-se pelas datas das matérias nos locais de exposição, de jornais que foi após a exposição voltar do Rio de Janeiro.

Seguindo as páginas, aparecem recortes de jornais do Rio de Janeiro sobre a exposição naquele Estado, no ano de 1943, e recortes com os jornais da região de São Paulo, além de alguns poucos recortes de outras cidades variadas. Ao todo constam cerca de 110 recortes de jornais de Florianópolis, Joinville, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Niterói, Campinas, Santos, São Paulo, entre outras. As matérias tratam no geral da exposição, descrevendo sua chegada às cidades, a repercussão, quando deixaria a cidade e para onde iria, dos materiais que ali se encontravam, da visita de personalidades, da importância daquela empreitada no combate ao “perigo alemão”, entre outros fatos, sempre alusivos à exposição e ao feito da polícia política em Santa Catarina.

As quatro primeiras páginas do álbum contêm (em algumas há colagens de matérias de jornais no verso, que serão analisadas posteriormente), um total de doze fotografias, sendo duas grandes na primeira página, quatro médias na segunda, duas grandes na terceira e mais duas médias, uma grande e uma pequena na quarta. Todas as fotografias estão impressas em papel especial para este tipo de documento, que possibilita uma maior durabilidade do mesmo, algo que difere do restante dos documentos anexados no Álbum, como recortes de jornais e comunicados do DIP, impressos em papel menor durabilidade (ver imagem 6 e 7).

Figura 6 – Fotografia colada na primeira página do álbum



Fonte – Acervo: Marlene de Fárevi.

Figura 7 – Fotografia colada na primeira página do álbum



Fonte – Acervo: Marlene de Fáveri.

Percebe-se que a organização destas fotografias correspondia ao interesse de guardar uma memória da exposição. Não é possível precisar datas, pois não há qualquer informação nelas e nem nas páginas do álbum há informação de quando foram colhidas. Estas imagens fotográficas mostram a disposição com que os materiais recolhidos foram organizados para a exposição. O perfeito estado de organização dos materiais retratados nas fotos, e sem visitantes, pois não há qualquer sinal de pessoas fotografadas, indicam que foram produzidas no intervalo entre a finalização da montagem da exposição e a abertura da mesma para o público.

Na década de 1940, fotografias ainda eram uma raridade; eram caras e só as pessoas mais abastadas faziam registros. Não se sabe quem fez essas fotografias, provavelmente alguém ligado à polícia política organizadora da exposição. Entretanto, o que chama a atenção é o olhar e o foco destas fotografias, que remetem a intenção de passar a mensagem de perigo nazista iminente e do êxito da empreitada governamental em contê-lo. Então não há dúvidas de que a organização do material exposto foi feita de maneira cuidadosa para que gerasse sentimento de medo e repulsa nas pessoas que a visitassem, mostrando que o Nazismo estava presente em Santa Catarina. Mais que isso, deixar registrado para a posteridade os feitos da campanha de nacionalização e da repressão sobre as populações alemãs, italianas e teuto-brasileiras<sup>9</sup> que guardavam estes objetos

<sup>9</sup> “Teuto-brasileiros” é uma expressão que designa um certo hibridismo, ou alemães cidadãos brasileiros, mas que preservavam a cultura e nacionalismo alemão. Ver: SEYFERTH, Giralda. A ideia de cultura teuto-brasileira:

em suas casas ou nas associações e clubes de caça e tiro.

Para o trabalho com fotografias na pesquisa histórica é necessário contextualizá-las, entender os grupos que a produziram e com que intenção<sup>10</sup>. As fotografias aqui analisadas foram produzidas com vistas ao enaltecimento da exposição, pelos próprios organizadores ou, talvez, por membros da imprensa local. A partir desse pressuposto as fotografias precisam ser pensadas na pesquisa como algo construído pelo fotógrafo e pelo grupo que a solicitou<sup>11</sup>.

Por meio do ato de fotografar, o autor capta uma imagem instantânea, e torna-a um documento. Mas a fotografia é também uma produção, não representa o cotidiano, ou seja, o instante da produção da fotografia não capta a realidade, mas registra uma forma de como poderia ter sido aquele momento. Desta forma o estudo de imagens fotográficas como fontes será feito tendo a consciência de que elas não são nem um retrato fidedigno do real e nem algo descolado totalmente da realidade social, ela está entre estes dois extremos<sup>12</sup>.

As fotografias da exposição podem ser lidas como representação, neste caso, com intenção de mostrar uma suposta “conspiração nazista”, portanto, feitas com intenções de preservação da imagem de quem a combatia. A presente análise tomo como ponto de partida esses referenciais que tratam a fotografia como algo construído, representado e carregado de intenções dos sujeitos que foram agentes desse processo, ciente da imprescindibilidade de contextualizar a produção e a inserção destas fotografias neste álbum. Um primeiro ponto que chama a atenção, diz respeito aos materiais dispostos para a exposição e assim fotografados. Abrindo o álbum, estão duas imagens da exposição que tentam abarcar o maior volume possível de livros, panfletos, bandeiras de suásticas em destaque, flâmulas, fotografias de líderes nazistas, dispostas em estantes e organizadas no centro de forma que as pessoas pudessem visitar e observar de perto o que estava exposto. Ambas têm ao fundo, em destaque, a imagem de Hitler.

A disposição dos materiais nestas imagens foi pensada e elaborada para que a primeira reação do visitante fosse de sentimento de horror ao Nazismo, que provocassem maior impacto, colocadas em locais estratégicos, reafirmando os perigos da ideologia nazista que buscava confirmar por quem organizava aquela mostra.

Esses símbolos evocam significados com implicações no imaginário social, na concepção vista por Baczko, impondo-se por sua própria presença ao visitante, bem como reverberasse em

---

literatura, identidade e os significados da etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 10, n. 22, jul./dez. 2004.

<sup>10</sup> BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 27.

<sup>11</sup> KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007, p. 32.

<sup>12</sup> BURKE, op. cit., p. 232.



quem folheasse o álbum e as fotografias. No álbum esse feito é documentado, e o transforma em documento/monumento. A fotografia como fonte histórica também deve ser analisada em suas especificidades e em suas capacidades de transmitir informações acerca de um acontecimento. Nas análises de Ana Maria Mauad,

Nunca ficamos passivos diante de uma fotografia: ela incita nossa imaginação, nos faz pensar sobre o passado, a partir do dado de materialidade que persiste na imagem. Um indício, um fantasma, talvez uma ilusão que, em certo momento da história, deixou sua marca registrada, numa superfície sensível (...) <sup>13</sup>.

Hoje temos a plena noção de todas as atrocidades e horrores que o Nazismo acarretou para milhões de pessoas e não se tem a menor dúvida de que são ideais a serem não só condenados, mas também amplamente combatidos. Nos anos de 1942 e 1943 já se tinha alguma noção, mesmo que bem longe da totalidade, destes crimes cometidos, assim como a construção da imagem de “inimigos” durante a Segunda Guerra Mundial também alimentava um sentimento de medo. Esses materiais foram recolhidos na sua ampla maioria nos anos finais da década de 1930 e no início da década de 1940. Antes da entrada do Brasil na Guerra, em agosto de 1942, o Nazismo ainda não era reconhecido pela maior parte dos seus crimes e mesmo que já tivesse conduta condenável, os meios de comunicação estavam longe de ter uma eficiência que desse a real noção disso para os teuto-brasileiros e outros grupos populacionais focalizados na exposição.

Dessa forma, é equivocado acusar todas estas populações ítalo-germânicas e nipônicas no Brasil de terem aderido ao Nazismo e, principalmente, de serem perigosas ou opositoras da chamada “nação brasileira”, tal como imposta pelo Estado Novo, que praticava um nacionalismo autoritário e elitista, em contraposição à nacionalismos populares que vigoravam em outros países da América Latina. Primeiro por que deviam ter uma noção muito superficial sobre o Nazismo, seus métodos e ações; nutriam muito mais a visão romantizada do orgulho da pátria mãe alemã, de pertencimento a este grupo, mesmo estando em outro continente. Segundo, porque na época em que estas populações tinham a posse desses materiais, pouco era publicizado do que era o Nazismo. Para estas populações, após todos os desdobramentos da Primeira Guerra Mundial, que arrasou a Alemanha em diversos sentidos, as imagens positivadas da ‘grande Alemanha’ provocavam a manutenção do orgulho de pertencimento da pátria alemã <sup>14</sup>.

Se as imagens de Hitler e da suástica figuravam no imaginário social destas populações, como a volta da prosperidade, da salvação e do orgulho da pátria mãe, no imaginário dos

<sup>13</sup> MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interface. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 15.

<sup>14</sup> PERAZZO, op. cit., p. 162–163.

brasileiros figuravam como a personificação do perigo e do medo. Do que as pessoas tinham medo? As imagens abundantemente veiculadas do perigo nazista provocavam receio de invasão no país pela Alemanha, e o medo se fazia presente. De que se tinha medo? Marilena Chauí instiga: “Da morte, sempre foi a resposta, e de todos os males que possam simbolizá-la, antecipá-la”<sup>15</sup>. Os imaginários sociais são construídos em geral por grupos hegemônicos que buscam, por meio de ações, imagens e discursos, provocar sentidos, que podem ser para o bem ou para o mal. O Partido Nazista fez isso na Alemanha, de maneira eficiente a ponto de fazer esses ideais chegarem até as populações alemãs no Brasil; e o Estado Novo criou a imagem de um inimigo em proporções que não existiam, provocando medo e delações. Segundo Baczko<sup>16</sup>,

Os antropólogos e os sociólogos, os historiadores e os psicólogos começaram a reconhecer, senão a descobrir, as funções múltiplas e complexas que competem ao imaginário na vida colectiva e, em especial, no exercício do poder.

Nos anos de 1930 e 1940, com a ascensão do Nazismo e com Hitler no poder, em 1933, o perigo de uma invasão alemã na América do Sul passou a ser considerado real; muitos ideólogos estrategistas da anexação de parte da América do Sul viam nessa ideia a possibilidade de conquista do mercado local, segundo René Gertz, e que, “a maioria da população era silenciosa e a sua posição, via de regra, só pode ser inferida das entrelinhas daqueles que falaram ou a partir de outras fontes”<sup>17</sup>. Gertz afirma que o “perigo alemão” existiu e que o seu temor era justificado, porém, entende que o germanismo (Deutschtum) estava decaindo nos anos de 1920, e concluindo que “o principal local de cultivo do germanismo estava nas elites urbanas e seus aliados intelectuais”<sup>18</sup>.

O historiador Rafael Athaides aponta que, no Brasil, a

Seção Brasileira do Partido Nazista ligava-se à Alemanha por meio da Organização do Partido Nazista para o Exterior (AO), um órgão do Ministério das Relações Exteriores do III Reich, e chegou a possuir Círculos em 17 estados da federação, por volta de 1937.

A seção foi fundada oficialmente em 1934, “na tentativa de centralizar a ação de grupos autônomos que surgiram espalhados pelo país até aquela data”, e com “aspirações principais da organização eram levar a doutrina nacional-socialista aos alemães residentes fora da pátria-mãe

<sup>15</sup> CHAUÍ, Marilena. Sobre o medo. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 36.

<sup>16</sup> BACZKO, op. cit., p. 297.

<sup>17</sup> GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 17.

<sup>18</sup> Ibid., p. 19–43.

e, onde fosse possível, encabeçar organizações de caráter germânico no Brasil, como clubes e consulados”<sup>19</sup>.

Em Santa Catarina, um quadro demonstrativo com nomes e atividades de alemães ligados ao Partido Nazista, internos no campo de concentração da Trindade, Florianópolis, constam 69 nomes<sup>20</sup>. Segundo os fichários do Tribunal de Segurança Nacional, constam 6.036 cadastros de pessoas incriminadas em Santa Catarina entre 1937 e 1945, conforme levantou Marlene de Fáveri<sup>21</sup>. Nem todos eram nazistas; muitos foram incriminados por denúncias do calor da hora, mas boa parte era efetivamente ligada ao Partido Nazista.

Na construção do imaginário de medo largamente disseminado pelo governo Vargas e Nereu Ramos, bem como das atitudes repressivas aplicadas sobre essas comunidades, havia uma série de motivações causadas por tensões políticas internas e externas. Ao mesmo tempo que em um exercício no sentido contrário, mostrar como essa herança de simpatizantes do Nazismo da época fez com que surgissem ao longo do tempo e até os dias de hoje, diversos grupos que apoiam esta ideologia em Santa Catarina.

Até meados da década de 1930 o governo de Getúlio Vargas mostrava grande admiração e até inspiração nos regimes nazifascistas, vindo a se afastar somente após a aproximação com os Estados Unidos e posterior declaração de guerra à Alemanha, após os supostos afundamentos de navios brasileiros por submarinos alemães, em 1942<sup>22</sup>.

Voltando ao álbum, na página seguinte, sobressaem fotografias da exposição onde está grande quantidade de armas de grande e pequeno porte. Um dos pontos defendidos pela polícia repressiva é que os alemães que aqui habitavam estavam em constante comunicação com a cúpula nazista na Alemanha para pôr em prática um plano de dominação do Brasil e de outras áreas da América pelo governo nazista. Os imigrantes alemães tinham, segundo a polícia política, importante papel neste suposto plano de dominação, e estas armas representariam o perigo de dominação, na narrativa construída pela polícia política, e possuir armas representava um perigo substancial se estivessem de posse de ítalo-germânicos. Na imagem a seguir, uma fotografia com as armas, que compunha outros mostruários na exposição, e também de pequeno porte (ver imagem 8 e 9):

Boa parte dessas populações era composta de colonos, que tinham na agricultura sua

<sup>19</sup> ATHAIDES, Rafael. **O Partido Nazista e o Brasil**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-partido-nazista-e-o-brasil>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

<sup>20</sup> PERAZZO, 1999, p. 239–244.

<sup>21</sup> FÁVERI, op. cit., p. 509–515.

<sup>22</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. República, identidade nacional e anti-semitismo (1930-1945). **Revista de História**, São Paulo, n. 129-131, p. 153–163, ago./dez. 1993.

Figura 8 – Fotografia colada ao álbum, página 2



Fonte – Acervo: Marlene de Fáveri.

Figura 9 – Folha do álbum, página 2



Fonte – Acervo: Marlene de Fáveri.

principal fonte de renda e subsistência. Soma-se a isso o fato de que, naquela época, possuir armas em casa era algo muito mais comum do que nos tempos atuais, quando uma série de leis dificultam este acesso. No meio rural, ter estas armas em casa era muito comum, até como forma de proteger a plantação de animais, bem como meio de proteção pessoal e dos bens.

Essas armas foram apreendidas nas colônias, recolhidas de seus proprietários, e entre as comunidades ítalo-germânicas que habitavam o Sul do Brasil. Era comum a existência de “Clubes de Caça e Tiro”, nos quais as pessoas se reuniam para as práticas de caça e tiro esportivo. Existiam diversos desses clubes em Santa Catarina e para esta prática as pessoas precisavam possuir armas<sup>23</sup>. Percebe-se que os armamentos têm um porte que remete muito mais à proteção no âmbito doméstico ou às práticas de caça e tiro esportivo do que ao arsenal de um grupo que pretendesse dominar o Brasil ou o continente americano.

O caráter simbólico das imagens dessas armas é inegável. A partir do momento que essas populações são vistas como um perigo real, o fato de possuírem armas soava como crime. E quando estas armas são organizadas na exposição da maneira que foram, com quadros de Hitler e símbolos nazistas ao fundo, potencializa-se a sua capacidade de destruição e perigo no âmbito da construção de sentidos e significados de quem as vê. Porém, as fotografias não são imagens do real; são construções carregadas de intenções e que trazem memórias representadas na imagem. Na análise de Boris Kossoy,

O vínculo com o real sustenta o status indicial da fotografia. No entanto, a imagem fotográfica resulta do processo de criação do fotógrafo: é sempre construída; e também plena de códigos. Não podemos perder de vista que os indícios que a imagem fotográfica apresenta relativamente ao tema, foram gravados por um sistema de representação visual. Se, por um instante, durante a gravação da imagem, houve uma conexão com o fato real, no instante seguinte, e para sempre, o que se tem é o assunto representado; o fato se dilui no instante em que é registrado: o fato é efêmero, sua memória, contudo, permanece – pela fotografia<sup>24</sup>.

Da maneira como foi arranjada a exposição tem-se a impressão de uma unidade, que todos aqueles materiais remeteriam necessariamente às mesmas pessoas. Porém, como seria possível saber se as armas, os bustos de Hitler, as suásticas e os livros em língua alemã eram encontrados nas mesmas residências e com os mesmos teuto-brasileiros? A partir da maneira que são organizados e expostos, criam justamente a imagem que o governo queria transmitir, a de que todo alemão seria perigoso, uma ameaça real à soberania nacional. Mas será que eram todos de fato uma ameaça? Um grupo homogêneo, coeso e organizado de colonos e agricultores

<sup>23</sup> FÁVERI, 2004, p. 309.

<sup>24</sup> KOSSOY, op. cit., p. 32.

com o objetivo de dominar o Brasil e a América? A intenção era provocar a veracidade de uma teoria da conspiração para provocar a desconfiança e o medo em relação a estas populações, como veremos adiante.

Abrindo outra página do álbum, as fotografias exibem grande quantidade de impressos como livros, revistas, panfletos. Imagens, provavelmente bíblias, dentre outros, e a forma como estão amontoados sugerem a imensidão do que foi recolhido (ver imagem 10):

Figura 10 – Fotografia colada ao álbum, página 3



Fonte – Acervo: Marlene de Fáveri.

Outra fotografia traz emblemas e o símbolo do nazismo, com a suástica exposta de maneira visível (ver imagem 11):

As publicações da imprensa sobre a exposição citam que muitos desses materiais seriam livros didáticos utilizados nas escolas alemãs, que existiam em grande quantidade nas áreas do Estado que possuíam grande contingente de população teuto-brasileira.

Mas o que faria esses livros serem identificados como nazistas? O fato de estarem todos em língua alemã não necessariamente seriam alusivos ao Nazismo, entretanto, a campanha de nacionalização foi eficaz no recolhimento. Mesmo que ensinassem a língua portuguesa, o ensino nas escolas alemãs era ministrado em idioma alemão. Escolas essas que foram criadas em grande medida por iniciativa própria dos colonos devido a não iniciativa do governo de atender suficiente estas populações com escolas públicas<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> GERTZ, op. cit., p. 69–71.



Figura 11 – Fotografia colada ao álbum, página 3



Fonte – Acervo: Marlene de Fáveri.

Em Santa Catarina, como em todo o Brasil, os rumores de uma conspiração estavam presentes; a imprensa escrita e falada, os editais, as normatizações e decretos faziam valer o estado de exceção. Jean Delumeau explica que “escapando a qualquer controle crítico, o rumor tem tendência de aumentar os poderes do inimigo desmascarado e situá-lo no centro de uma trama de cumplicidades diabólicas, pois, quanto mais intenso o medo coletivo”<sup>26</sup>, maior será a credibilidade nas possíveis formas de conspiração ou conjurações diabólicas. Segundo este autor, se o “povo” tem medo, o governante se põe como o ente detentor da coragem, aquele que pode proteger o seu povo da ameaça iminente<sup>27</sup>, esse era o papel que o Estado Novo ambicionava legitimar com a exposição.

Na página quatro do álbum, aparecem imagens da exposição, com relevo para a forma como a polícia política estava organizada, tendo acima a Secretaria de Segurança Pública. Observo que as fotografias que abrem o álbum têm clara intenção de mostrar a organização da exposição em Florianópolis, cuja abertura se deu, como vimos, em 25 de agosto de 1942 (ver imagem 12).

O restante do álbum, composto de muitos recortes de jornais, será analisado adiante.

A campanha de nacionalização e a repressão aos ítalo-germânicos oportunizou à polícia política fazer uma devassa em propriedades, clubes, escolas, e recolher uma imensidão de documentos. Este álbum mostra com evidências o projeto de dismantelamento das ideias

<sup>26</sup> DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente: 1300 – 1800, uma cidade sitiada**. Tradução: Maria Lucia Machado e Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 184.

<sup>27</sup> Ibid., p. 14–19.

Figura 12 – Fotografia colada ao álbum, página 4



Fonte – Acervo: Marlene de Fáveri.

nazifascistas e integralistas no Estado de Santa Catarina; é um documento raro para estudos culturais e da história política do Brasil. Para compreender melhor, sigo mostrando a campanha de nacionalização.

## 2.2 O projeto de nacionalização de vargas

Os dois dos principais pilares da política nacionalista do governo de Getúlio Vargas eram a nacionalização do ensino e a valorização da língua brasileira. A nacionalização do ensino visava fazer com que desde criança as pessoas já se integrassem no projeto de nação brasileira uma pretendido por Vargas. Isso se mesclava diretamente com a política de valorização da língua brasileira, que exigia que o português fosse o idioma a ser falado em terras brasileiras<sup>28</sup>. Até então, nas escolas alemãs, o ensino era ministrado no idioma alemão, sua principal língua. Porém, são equivocadas as afirmações de que a maioria deles não falassem o português, isso acontecia somente nas regiões mais afastadas<sup>29</sup>. Isso se explica por toda uma discussão em torno da manutenção de traços da sua pátria mãe pelos alemães que aqui viviam, em que a língua teria um grande valor, assim como também tinha no projeto de construção de uma nação dita genuinamente brasileira pelo Estado Novo.

A Secretaria de Segurança Pública publicou, no dia 28 de janeiro de 1942, o Edital tornando público que os estrangeiros naturais dos países Itália, Alemanha e Japão, “ficam

<sup>28</sup> CAMPOS, Cynthia Machado. **A Política da Língua na Era Vargas**: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

<sup>29</sup> GERTZ, op. cit., p. 69–71.



proibidos, a contar desta data, os hinos, cantos e saudações que lhes sejam peculiares, bem como o uso dos idiomas dos países acima apontados”<sup>30</sup>. Isso mostra que embora a campanha de nacionalização tenha tido efeitos, havia resistências, ou não precisaria um Edital para coibir a fala. Segundo Marlene de Fáveri, era “a legitimação que faltava para que a polícia promovesse uma devassa nas colônias, gerando oportunismos de ocasião, muitas vezes indo parar no Tribunal de Segurança Nacional. Desta data, e até o final da guerra, era legal deter qualquer incauto que cantasse, cumprimentasse, ou falasse nos idiomas apontados”<sup>31</sup>.

O Tribunal de Segurança Nacional foi instituído, através da lei n. 244, de 11 de setembro de 1936, como um tribunal de exceção, e como um instrumento de defesa do Estado a pretexto de punir os “rebeldes” da Intentona Comunista (novembro de 1935), e durou até 1945. Com o golpe do Estado Novo e o decreto-lei n. 431, de 18 de maio de 1938, o presidente e o ministro da Guerra estabeleceram os artigos de providências penais, definindo novas figuras criminais. O Tribunal de Segurança Nacional julgava os crimes contra a integridade do Estado, contra as instituições e crime contra a economia popular<sup>32</sup>.

Mas, normatizações e leis já estavam em vigor e, em Santa Catarina<sup>33</sup>, a partir de 1935<sup>34</sup>, reformas e decretos intensificaram a fiscalização em torno da nacionalização do ensino. Nos meses de janeiro e março de 1938, através de Decretos-lei, o governo proibiu o uso de nomes estrangeiros em escolas, clubes e núcleos populacionais, sendo inclusive sugerido que se mudasse o nome de cidades, escolas, ruas com nomes que lembrassem os alemães. Com esses decretos<sup>35</sup> e a criação, em julho de 1938, da Inspeção Geral de Ensino Particular e Nacionalização do Ensino<sup>36</sup>, acirravam-se a fiscalização e a coação. Nos meses iniciais de 1939 outros Decretos-lei foram mais incisivos nas exigências, inclusive cerceando os pais dos direitos civis, caso não matriculassem os filhos em escolas brasileiras<sup>37</sup>, provocando resistências e estratégias, como o

<sup>30</sup> Edital da Secretaria de Segurança Pública, de 28 de janeiro de 1942, assinado por Francisco Gottardi, Secretário dos Negócios de Segurança Pública em Santa Catarina. *Diário Oficial do Estado*, 28/01/1942. P. 4. Florianópolis.

<sup>31</sup> FÁVERI, 2004, p. 97.

<sup>32</sup> *Diário Oficial da União*, em 12 de setembro de 1936. Sobre o assunto, ver: ALVES, Paulo. O poder judiciário no Estado Novo. In: **História**, n. 12. São Paulo: UNESP, 1993. p. 253-271.

<sup>33</sup> Sobre o assunto ver: SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. **Protocolo do bom cidadão – Série Fontes**: lições de moral e civismo na organização da educação em Santa Catarina (1920-1950). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

<sup>34</sup> Sobre o assunto ver: FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

<sup>35</sup> Decreto-lei n. 35, de 13 de janeiro de 1938: proíbe nomes estrangeiros a núcleos coloniais, escolas, clubes; Decreto-lei n. 88, de 31 de março de 1938: exige licença da Secretaria do Interior e Justiça para funcionamento de escolas particulares, homenagens cívicas e o ensino dos hinos oficiais, professores natos, etc. Coleção de Decretos-leis de 1938. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1938.

<sup>36</sup> SANTA CATARINA. Decreto-lei 124, de 18 de julho de 1938.

<sup>37</sup> Isso por conta da alta taxa de faltas/evasão dos alunos nos núcleos coloniais, o que obriga a presença na escola de crianças de 8 a 14 anos, ou, além da perda dos direitos civis, os pais pagariam pesadas multas (exigência

funcionamento de escolas clandestinas em casas particulares<sup>38</sup>. Segundo Giralda Seyferth,

Muitas escolas teuto-brasileiras, especialmente aquelas localizadas em centros urbanos, adaptaram-se às novas regulações do ensino, com algumas dificuldades e certamente sob protestos; outras encerraram suas atividades. As medidas motivaram o ensino clandestino (em língua alemã) em algumas áreas coloniais - situação temporária logo reprimida<sup>39</sup>.

O impulso nacionalizante impunha o português como idioma único do Brasil, o que seria uma das maneiras para enaltecer e forjar a pátria. As línguas estrangeiras, principalmente o alemão e o italiano, foram fortemente combatidas no sul do país neste período, por se tratarem de línguas originais dos países do Eixo. O governo, por meio dos seus interventores, combatia os que falavam ou escreviam nestes idiomas, na tentativa também de disseminar o nacionalismo, fazendo com que todos falassem o português. Segundo Cynthia Campos,

Governantes e seus representantes reprovavam práticas de núcleos associativos que insistiam em falar uma língua estrangeira. Enfatizavam a necessidade do empenho das autoridades e população para que tais núcleos modificassem sua prática e adotassem a língua nacional<sup>40</sup>.

Mas havia resistência; e esta fez com que o governo passasse a empreender uma perseguição aos que usassem a língua estrangeira. Livros didáticos, mesmo que por vezes inofensivos, eram redigidos somente em idioma alemão, o que ampliava as tensões. Conforme argumenta Neide Fiori, havia uma guerra de denúncias e vigilância num momento em que o “não uso do idioma português era considerado um ato de traição à pátria brasileira, ao mesmo tempo em que falar o idioma estrangeiro qualificava o falante — se a língua era o italiano, tratava-se de um fascista; se era o alemão, estava-se diante de um nazista”<sup>41</sup>.

Há também de considerar que muito provavelmente, entre esses materiais, houvesse alguns de propaganda nazista, ou pelo menos narrativas que dirigiam imaginários para a pátria alemã. Os jornais colados no álbum trazem informações sobre a nacionalização do ensino, como esta, no jornal *A Manhã*, de 29 de maio de 1943 (ver imagem 13):

---

da carteira de quitação escolar e registro do senso); exige ainda exames de admissão para lecionar português. Decreto-lei n. 301, de 24 de Janeiro de 1939; Decreto-lei n. 304, de 27 de fevereiro de 1939. Coleção de Decretos-lei de 1939. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1939.

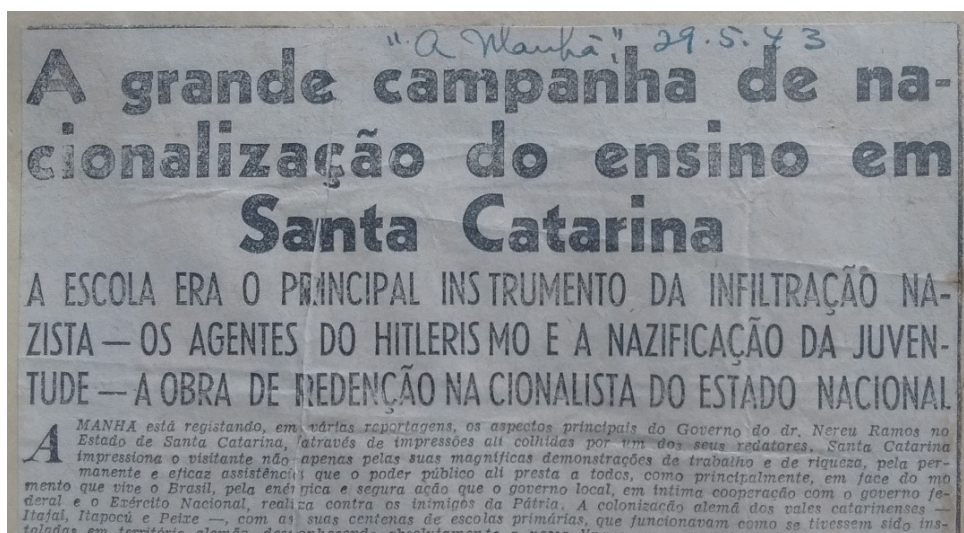
<sup>38</sup> COELHO, Ilanil. **Joinville e a campanha de nacionalização**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1993, p. 185.

<sup>39</sup> SEYFERTH, Giralda. Socialização e Etnicidade: a questão escolar teuto-brasileira (1850-1937). **Mana**, v. 23, n. 3, p. 579–607, 2017, p. 598.

<sup>40</sup> CAMPOS, op. cit., p. 8.

<sup>41</sup> FIORI, Neide. Corporação militar e rumos da educação brasileira: o exército e a escola nos tempos do Estado Novo. **Blumenau em Cadernos**, Fundação Cultural de Blumenau, Blumenau, v. XLII, n. 7/8, jul./ago. 2001, p. 54–55.

Figura 13 – Recorte de jornal colado no álbum, página 7



Fonte – Acervo: Marlene de Fáveri.

A narrativa da matéria trata da “grande campanha de nacionalização do ensino em Santa Catarina”, enfatizando que “a escola era o principal instrumento de infiltração nazista”, “os agentes do hitlerismo e a nazificação da juventude” e “obra de redenção nacionalista do estado nacional”. Noto que a imprensa selecionava palavras-chave, e remetia “quistos raciais” alemães ao queurgia assimilarem-se aos ideais de governo de nação brasileira, para a “redenção” do estado nacional, pontuando a juventude com o principal alvo. Segundo Seyferth,

Na prática, religião, cidadania, herança cultural germânica e a realidade da colonização faziam parte da grade curricular, juntamente com o ensino da língua alemã, eventualmente também da língua portuguesa, além das disciplinas geografia, história, matemática e ciências naturais. As aulas eram ministradas em alemão, razão maior da crítica assimilacionista<sup>42</sup>.

Os imigrantes alemães chegaram no Brasil a partir de meados do século XIX, porém em um primeiro momento este contingente recém-chegado era composto basicamente de homens em idade produtiva que almejavam acumular riquezas e dinheiro para poder voltar à Alemanha e viver com suas respectivas famílias. Todavia, com o passar do tempo foi se percebendo que boa parte não conseguiria atingir tal objetivo, fazendo com que decidissem se estabelecer no Brasil e, por consequência, trazerem suas famílias. O governo prestava precária ou nenhuma assistência pública a essas populações, que se encontravam isoladas no interior e afastadas dos grandes centros. Coube aos próprios alemães construir uma estrutura de sobrevivência básica para poderem ali constituir suas vidas com suas famílias. Uma das principais partes desta estrutura

<sup>42</sup> SEYFERTH, 2017, p. 587.

se referia à educação, já que o ensino público não cumpria com suas obrigações e promessas feitas antes destes grupos aqui chegarem. Passaram a ser construídas então escolas privadas, que atendiam as crianças destas localidades, em uma espécie de auto-gestão educacional, em vista do descaso do poder público<sup>43</sup>.

Como tais grupos se encontravam isolados de boa parte do restante da nação brasileira, preservavam muitos traços da sua cultura materna, entre eles a língua, cultos, símbolos. Tudo isso era transmitido nas chamadas “escolas alemãs”, pois não havia como esperar que integrassem traços da cultura brasileira nas suas práticas de ensino sendo que se encontravam isolados da nação<sup>44</sup>.

A partir de meados da década de 1930 o governo Vargas volta suas atenções para a questão educacional destas localidades, buscando acoplá-las ao ideal de nacionalização do ensino que vinha sendo empreendido em boa parte do Brasil. Vale ressaltar que estas escolas não se encontravam totalmente desconectadas da nação brasileira, pois desde a Primeira Guerra medidas foram tomadas nas escolas particulares de ensino primário alemãs, como a obrigatoriedade do ensino de Língua Portuguesa, História e Geografia do Brasil e de Santa Catarina e Educação Moral e Cívica, bem como a utilização de material didático produzido por autores brasileiros. Mas ainda assim a língua na qual o ensino era ministrado era a alemã, os símbolos, hinos e marcos cívicos da nação brasileira eram pouco conhecidos e a própria língua portuguesa não era dominada com a mesma espontaneidade que o alemão por esses alunos e mesmo profissionais da educação.

O jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, publicou no dia 9 de julho de 1943 uma matéria em que dava grande ênfase ao investimento feito pelo governo de Santa Catarina na educação, seriam “mais de 70 milhões de cruzeiros gastos em ensino”, indicando onde Nereu Ramos havia investido e quais as finalidades (ver imagem 14),

Conforme a matéria, boa parte deste montante foi destinado à construção de escolas públicas nas localidades habitadas pelos teutos, já que após o início da nacionalização do ensino, várias “escolas alemãs” foram fechadas por não atender os quesitos exigidos pelo governo, então nos seus lugares foram construídas escolas públicas aonde o ensino era regido pelos preceitos da nação brasileira. Profissionais da educação deveriam mostrar um domínio pleno e espontâneo da língua portuguesa, não sendo permitidos sotaques ou tonicidades das sílabas erradas, pois isso traria resquícios da língua alemã. O ensino deveria ser ministrado todo em português, dando

---

<sup>43</sup> Ibid., p. 598.

<sup>44</sup> MONTEIRO, Jaecyr. **A nacionalização do ensino em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.

Figura 14 – Recorte de jornal colado no álbum, página 34



Fonte – Acervo: Marlene de Fáveri.

enfoque aos símbolos nacionais do Brasil, ensinando os hinos oficiais, fazendo com que essas crianças obrigatoriamente se integrassem aos ideais de brasilidade do governo. Também eram emitidos certificados de quitação educacional e quem não possuísse o documento que atestasse a conclusão de um certo nível de ensino nas escolas regulamentadas pelo governo, sofria uma série de impedimentos. Sobre professores, Marlene de Fáveri cita que “na substituição de professores, muitas mulheres saíram do litoral, geralmente recém-formadas e designadas para comunidades do interior, experiência lembrada pelas dificuldades que enfrentaram com desconhecimento da língua dos alunos (e vice-versa)”<sup>45</sup>.

A matéria da Imagem 14 também traz à tona outro aspecto importante do projeto de nacionalização do governo Vargas, que era o forte investimento em propaganda do governo. O controle que o Estado Novo tinha sobre os grandes meios de comunicação fazia com que ele solidificasse imaginários sociais de seu interesse, de acordo com Capelato,

Para se alcançar a dominação através dos imaginários sociais, é necessário o controle dos meios de comunicação, instrumentos de persuasão destinados a inculcar valores e crenças. (...) Em qualquer regime, a propaganda política é estratégica para o exercício do poder, mas ela adquire uma força muito maior naqueles em que o Estado, graças ao monopólio dos meios de comunicação, exerce censura rigorosa sobre o conjunto das informações e as manipula, procurando bloquear toda atividade espontânea e modelar os comportamentos coletivos<sup>46</sup>.

<sup>45</sup> FÁVERI, 2004, p. 120.

<sup>46</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo: Caminhos Metodológicos. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos et al. (Org.). **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto

Seguindo na análise de Capelato sobre o papel da propaganda no Estado Novo, a autora constata que este regime buscava estabelecer a imagem do “nós”, que seria a nação brasileira, quem ameaçasse esse projeto, esta unidade, era visto como o “outro” e consequentemente o inimigo a ser combatido<sup>47</sup>, neste caso, alemães, italianos e nipônicos.

Boa parte da exposição era composta por materiais didáticos e/ou infantis redigidos em idioma alemão e sobre os quais se dizia buscarem fazer propaganda nazista e doutrinar as crianças descendentes de alemães, mas que eram nascidas no Brasil. Enfatizava o perigo que isso representava e a astúcia dos nazistas em cooptarem as crianças desde cedo para que se integrassem aos seus posicionamentos. Este material exposto tinha a intenção de gerar comoção no público visitante, principalmente pelo fato de se tratar de crianças, envolvendo sensibilidades presentes nas relações familiares, incentivando a repulsa para com os alemães.

O jornal *A Noite*, de São Paulo, publicou uma matéria sobre a exposição no dia 5 de agosto de 1943 que traz a foto de uma professora acusada de ser integrante do Partido Nazista. Maria Kahle seria professora de uma escola alemã e que redigia livros didáticos em língua alemã para as crianças teuto-brasileiras, além de pregar a ideologia nazista na sua prática de ensino (ver imagem 15).

É bem possível que existissem docentes com tais posicionamentos e o conteúdo da matéria pode ser real; mas a generalização insistente nas narrativas desta natureza mostra a construção de um imaginário segundo o qual todos os integrantes daquele grupo partilhariam das mesmas posições.

Todo esse contexto de nacionalização do ensino e obrigatoriedade da língua portuguesa gerou ainda mais temor nas populações ítalo-germânicas, por envolver crianças. Eram recorrentes os casos de crianças que, sem querer, falavam alemão na rua, pois era o idioma corrente em suas famílias, mas isto passou a gerar sérios problemas, principalmente para os pais. Este sentimento de medo permeou boa parte destes grupos, que sabiam das graves consequências punitivas e repressivas que o governo infringia a quem desobedecesse a sua política de nacionalização<sup>48</sup>.

A nacionalização surtiu efeitos drásticos nas populações ítalo-germânicas em Santa Catarina, levando ao sentimento de medo e silenciamento. Descendentes de estrangeiros tinham dificuldades de se expressar em português; havia os inspetores escolares que visitavam as escolas, e foi uma forma de violência imposta, negando a existência do outro, que falava outra língua,

---

Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, p. 63.

<sup>47</sup> Ibid., p. 68.

<sup>48</sup> FÁVERI, op. cit., p. 91–138.



Figura 15 – Recorte de jornal colado no álbum, página 54



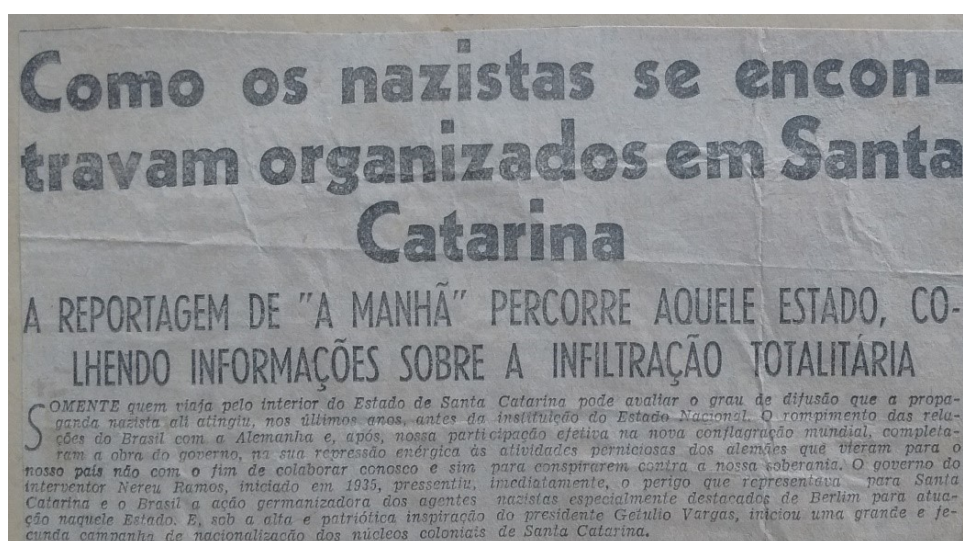
Fonte – Acervo: Marlene de Fáveri.

ao que podemos ler como uma forma de intolerância, mesmo em tempos de guerra. Estava em jogo o projeto nacionalista e a construção/afirmação do patriotismo, alçado na construção de um imaginário de “perigo alemão”, e a educação era sobremaneira vigiada.

### 2.3 A imigração alemã para Santa Catarina

Entre os jornais, eram recorrentes matérias que buscavam explicar a existência dos tais grupos nazistas no Brasil, no caso aqui abordado mais especificamente em Santa Catarina. Essas explicações acabam quase sempre remontando a um recuo temporal, tratando das etapas da ocupação e presença alemã em território catarinense e por vezes tecendo críticas ao grande fluxo migratório desses povos que foi destinado ao Brasil desde meados do século XIX (ver imagem 16).

Figura 16 – Recorte de jornal colado no álbum, página 5



Fonte – Acervo: Marlene de Fáveri.

A reportagem retratada na Imagem 15 é do jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, periódico esse que tinha estreita ligação com o regime do Estado Novo<sup>49</sup>. A matéria foi veiculada no dia 28 de maio de 1943 e é interessante perceber alguns pontos. O primeiro é quando alega que as atividades nazistas em Santa Catarina se iniciaram em 1929, com grupos de simpatizantes dos ideais de Adolf Hitler, mesmo antes do futuro chefe de estado alemão subir ao poder. Porém o início da presença alemã em Santa Catarina e no Brasil é bem anterior, desde meados do século XIX e já era alvo de acaloradas discussões a algum tempo.

<sup>49</sup> Ver mais em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/AManha>. Acesso em: 25 de novembro de 2018.



O início da imigração alemã para o Brasil contou com interesse de ambos os lados, tanto do Estado brasileiro em recebê-los, quanto deles de se mudar para cá. O Brasil vivia uma crise no sistema escravocrata, o qual já não se sustentava mais. Além disso, o racismo gerou uma resistência em contratar os antigos escravos como assalariados, e o mercado de trabalho formal passou a demandar outra fonte de mão de obra. Era de interesse nacional também ocupar terras que até então só contavam com indígenas ou que estavam localizadas em regiões fronteiriças e por isso a ocupação funcionaria como uma proteção ou demarcação de território. No conjunto, outro fator relevante eram as ideologias evolucionistas e raciais que disseminavam a necessidade de embranquecimento da população brasileira<sup>50</sup>. Por parte dos europeus os trabalhadores do meio rural vinham enfrentando cada vez mais o problema da diminuição da oferta de trabalho em suas terras natais, já que a modernização das técnicas agrícolas, em compasso com a industrialização, urbanização e aumento populacional, tornava excedente boa parte da mão de obra humana, que estava sendo substituída por novos equipamentos e técnicas, provocando intensos deslocamentos para o meio urbano ou a busca por novos territórios aonde exercer seu ofício. Nesse contexto, a América que demandava mão de obra agrícola apareceu a muitos milhares de pessoas como uma ótima oportunidade<sup>51</sup>.

A primeira leva de colônias alemãs foi formada nas décadas de 1820 e 1830, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, interrompida pela Revolução Farroupilha. Em 1850, ano em que é proibido o tráfico de escravos negros, é fundada Blumenau, uma das mais importantes regiões de colonos alemães no Brasil e é decretada a Lei de Terras, que mudou o sistema de concessão das terras para os imigrantes, impulsionando a pequena propriedade familiar, que era adquirida através de compra a prazo<sup>52</sup>. Este sistema de ocupação favoreceu a prosperidade econômica dessas populações, pois além de se tornarem donos das suas terras em um relativo curto prazo, estavam trabalhando no regime da pequena propriedade, como já eram habituados na Europa. Inclusive, a mudança para um sistema latifundiário foi um dos fatores que impulsionou a saída desses grupos do continente europeu. Este poder econômico que tais grupos conseguiram é mencionado na reportagem de *A Manhã* pelo capitão Antônio Lara Ribas como o motivo número um do desenvolvimento das atividades nazistas em Santa Catarina, assim descrito:

<sup>50</sup> FALCÃO, Luiz Felipe. A guerra interna (integralismo, nazismo e nacionalização). In: BRANCHER, Ana (Org.). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 1999, p. 167–198.

<sup>51</sup> KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora USP, 1999, p. 13–31.

<sup>52</sup> SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 199–228.

“fator econômico, ou seja, a prosperidade dos colonos alemães, assim dominando toda a vida da região”. Logo se vê que esse sistema de ocupação de terras historicamente gerou desagrado entre grupos de grande relevância no Brasil, primeiro os fazendeiros que esperavam uma mão de obra que viesse para substituir os escravos e trabalhasse conforme os mesmos moldes latifundiários e posteriormente ao governo que devido à prosperidade econômica atingida por esses grupos, via neles um poder perigoso para seu projeto nacional hegemônico.

O jornal *A Notícia*, de Joinville, noticia a exposição no dia 11 de agosto de 1943; e menciona como Rui Barbosa, importante intelectual e político brasileiro extremamente atuante no início do período republicano, já alertava para o perigo que essa grande imigração estrangeira representaria para a soberania nacional. Com o título “A Exposição antinazista na voz de Rui Barbosa”, esta notícia foi colada no álbum reproduzindo um discurso de Rui Barbosa, proferido no Senado Federal que denunciava e “advertia a nação do perigo germânico” como “um trabalho antigo, regular, constante, metódico, progressivo, certo nos seus resultados cada dia maiores, cada dia mais visíveis, cada dia mais assimilados”. Rui Barbosa falava no início do século XX, e já chamava para a “prudência de nossos administradores, a austeridade e a vigilância” na contenção da formação do que chamaram de “quistos étnicos”. Rui Barbosa não falava sozinho, como mostra Luiz Felipe Falcão: “um conhecido ensaio de Silvio Romero, publicado em 1906, com o título *O Alematismo no Sul do Brasil*, reproduzia diversas reportagens dos jornais locais sobre esse assunto”<sup>53</sup>.

Durante o século XIX o Brasil recebeu uma quantidade considerável de alemães e italianos, os quais procuravam evitar as áreas de trabalho escravo e se instalaram na sua maioria ao Sul de São Paulo, principalmente em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul: “Por volta de 1880, cerca de 455 mil desses europeus haviam se instalado no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, representando uma parcela significativa dos 3,7 milhões de brancos registrados em 1872”<sup>54</sup>, porém ainda representavam uma parcela pequena da população brasileira, cerca de 6%.

A partir de 1880 houve um aumento significativo nas migrações de europeus para a América devido à modernização dos meios de transporte (navios a vapor e ferrovias) e de comunicação (primeiro cabo telegráfico entre os dois continentes). Esses contingentes eram compostos na maioria por homens jovens buscando aceitar qualquer emprego que lhes permitisse acumular dinheiro e voltar para desfrutar no seu país de origem, cerca da metade conseguiu

<sup>53</sup> FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre ontem e amanhã**: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX. Itajaí: Editora da UNIVALI, 2000, p. 48.

<sup>54</sup> KLEIN, op. cit., p. 22.

isso, passando a não só pensar em acumular riquezas, mas em buscar seus familiares, investindo na educação dos filhos. A partir da segunda geração começam os casamentos interétnicos e também a população de migrantes passa a ser composta por mais mulheres. “O ritmo da migração europeia intensificou-se durante o último quartel do século XIX e atingiu seu pico nas primeiras duas décadas do século XX. Entre 1881 e 1915, cerca de 31 milhões de imigrantes chegaram as Américas.”<sup>55</sup>. O Brasil era o terceiro país que mais recebia imigrantes, tendo recebido 2,9 milhões de imigrantes. No total, 2,2 milhões de alemães vieram para as Américas nesse período. De fato, os números do fluxo migratório Europa-Brasil são marcantes entres os séculos XIX e XX, como afirmado por Rui Barbosa, mas a dimensão do suposto “perigo” que eles representariam, é tema de outra ordem.

Chiquinha Rodrigues, escritora e política, foi outra personalidade a tecer fortes críticas à intensificação do fluxo migratório. Em seu caso, voltadas às áreas de ocupação das populações alemãs no Brasil, ao fato de se encontrarem fechadas, pouco abertas à integração com a nação brasileira e a não se submeterem ao processo de assimilação. Uma matéria do jornal *O Estado de São Paulo*, periódico que existe até os dias de hoje, do dia 25 de julho de 1943, afirma que Chiquinha Rodrigues já haveria alertado para o “perigo da infiltração estrangeira” em 1935, em um protesto na Assembleia Legislativa.

O povoamento do Sul do país foi feito em ampla maioria por imigrantes e suas identidades se preservaram devido ao pouco contato que tinham com o restante da sociedade brasileira por causa da localização interiorana das colônias. Isso acabava contribuindo para que estes imigrantes e seus descendentes acabassem sendo vistos como “não assimilados” à nação brasileira<sup>56</sup>. O fato de serem alemães também gerava certas desconfianças, como a diferença cultural, linguística e religiosa, que seria um empecilho para que se integrassem na ideia de nação brasileira que se buscava. Soma-se a isso os temores relacionados a supostos planos de conquista imperialista por parte da Alemanha para com o Brasil. Nos períodos das duas guerras mundiais essa “desconfiança” se fez ainda mais presente<sup>57</sup>.

Porém, o governo brasileiro tinha sua boa parcela de responsabilidade nisso tudo. A pouca atenção dada pelo estado a estas populações fez com que precisassem desenvolver suas próprias estruturas sociais, já que o governo não cumpriu nem de longe com as promessas de fornecimento de estruturas de vida e trabalho que havia feito para estes grupos antes destes

---

<sup>55</sup> KLEIN, 1999, p. 25.

<sup>56</sup> SEYFERTH, op. cit., p. 199–228.

<sup>57</sup> FALCÃO, 1999, p. 167–198.

decidirem migrar para o Brasil. Os colonos imigrantes e descendentes criaram uma identidade teuto-brasileira, na medida que preservavam traços da sua identidade alemã, como a criação de uma imprensa própria, escolas, o idioma, os hábitos, mas também queriam reconhecimento da cidadania e dos direitos políticos da nação brasileira. A ascensão econômica de boa parte desses grupos, bem como a preservação que eles faziam de traços culturais da sua pátria mãe, a Alemanha, foram os dois pontos que geraram maiores tensões desde a sua chegada, tendo como picos de conflitos as duas guerras mundiais, quando, mesmo que tardiamente, o Brasil assumiu o lado oposto ao da Alemanha. Na assertiva de Luiz Felipe Falcão,

Embora não muito comentadas hoje em dia, foram inúmeras as tensões e conflitos que opuseram, de um lado, as populações originadas da imigração europeia não-ibérica (alemães, italianos, poloneses) que vieram para Santa Catarina nos séculos XIX e XX, e, de outro lado, os intelectuais, políticos e autoridades brasileiras que se dedicavam a estabelecer um projeto nacional para o Brasil. Os primeiros, vinculados a uma concepção de identidade cultural com acentuados contornos de superioridade étnica, viam com desconfiança um país composto na maioria por mestiços, descendentes de africanos ou de índios. Os segundos, sonhando com uma sociedade de feição europeia nos trópicos ou procurando realçar as heranças da colonização portuguesa, não estavam dispostos a tolerar uma diversidade cultural que pudesse abalar os seus planos<sup>58</sup>.

Como explica Falcão, não havia os “bons” e os “maus” nessa história, ambos tinham suas motivações políticas, sociais e econômicas que fundamentavam suas ações e faziam com que se portassem de determinada maneira em prol dos seus interesses. E esse é o foco que insistentemente reitero sobre este trabalho: não cair em uma visão maniqueísta de mocinhos e vilões, mas partir da análise criteriosa das fontes e da leitura dos importantes referenciais que escreveram sobre esse período para tentar compreender toda essa complexa teia de relações que moldou significativa parcela da sociedade catarinense e sobre a qual ainda são muito perceptíveis traços de permanência até os dias de hoje.

A imigração europeia ocorrida no século XIX, que tinha como um dos principais destinos o Estado catarinense, está relaciona a este fenômeno, mas não é sua única explicação. Como já vimos, principalmente alemães e italianos vieram em grande número para o Brasil buscando uma vida melhor, mas mantinham ligações com as suas nações de origem. Isso fez com que esses grupos cultivassem ideais ligados ao nazismo e fascismo mesmo estando no Brasil. O sentimento de germanismo, orgulho da sua nação e etnia era uma das bases forte deste movimento e mesmo os que aqui estavam mantinham vínculos e transmitiam para as gerações posteriores. Quando Adolf Hitler assume o poder na Alemanha no início da década de 1930 e posteriormente entra

---

<sup>58</sup> Ibid., p. 167.

na Segunda Guerra Mundial, isso vai se refletir nas populações que aqui habitavam, mas que queriam compartilhar desse momento e manifestar seus sentimentos de apoio, era algo que fazia e em alguns casos ainda faz parte da construção identitária desses grupos.

A maneira como se deu o povoamento e assentamento desses grupos aqui em Santa Catarina também ajuda a explicar isso. As promessas feitas pelo governo brasileiro antes da chegada desses imigrantes não foram nem de longe cumpridas e coube a esses desenvolverem suas comunidades e criar condições de sobrevivência através dos laços de união, germanidade e pelo trabalho. Isso fez que com essas populações permanecessem muito fechadas a todo o resto, isolando se. Esse isolamento gerava uma manutenção dos sentimentos de germanidade, pois preservavam intactos traços da cultura alemã, hábitos, costumes, a própria língua, criando ali escolas alemãs<sup>59</sup>. Então essa não integração desses imigrantes com os demais grupos da sociedade brasileira fazia com que ideais nazistas florescessem e se mantivessem nessas localidades.

Cabe acentuar que “a história do tempo presente está na intersecção do presente e da longa duração. Esta coloca o problema de se saber como o presente é construído no tempo. Ela se diferencia, portanto, da história imediata porque impõe um dever de mediação”<sup>60</sup>. Sendo assim, analisar documentos, sobretudo como a imprensa elaborou discursos sobre a exposição de material nazista, tem interface com o presente. Para observadores das relações sociais em diferentes sociedades deste início do século XXI, estariam sendo rearticulados, com outras roupagens, os ideários fascistas<sup>61</sup>.

---

<sup>59</sup> SEYFERTH, 1999, p. 126.

<sup>60</sup> DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, v. 4, n. 1, 2012, p. 2.

<sup>61</sup> Para uma análise aprofundada sobre essa discussão, ver mais em: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

### 3 A CONSPIRAÇÃO NAZISTA NAS PÁGINAS DA IMPRENSA

Neste capítulo, serão analisados os discursos encontrados nos recortes de jornais, que constituem a maior parte do álbum; são mais de 40 páginas que contém cerca de 110 recortes ali afixados. O número mais significativo de páginas do álbum contem recortes de periódicos, Rio de Janeiro e São Paulo, e em menor parte, de jornais de Florianópolis, as três cidades onde a exposição esteve, bem como alguns poucos jornais de outras cidades, como Joinville, Porto Alegre, Niterói, Santos. Nem todos os recortes possuem a identificação clara e completa, alguns estão com essas informações anotadas à mão ou em papel diferenciado e com as informações dando a impressão de terem sido redigidas em máquina de escrever, muito provavelmente pela mesma pessoa ou grupo que montou o álbum.

Todas as matérias foram selecionadas em função de apresentarem um teor de aprovação e exaltação do caráter social da exposição, e se referem a ela como fruto de uma valiosa luta nacionalista contra o inimigo e uma grande vitória para os ideais da nação brasileira. Esse é um fato de certa forma previsível por dois pontos: primeiro porque compreende o período do Estado Novo, quando havia censura à imprensa e a liberdade para manifestar opiniões contrárias a ações do governo era quase ou mesmo nula, tendo o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) como órgão de controle; e, segundo, mesmo existindo jornais que de alguma forma driblassem essa censura e se manifestassem em oposição ao governo Vargas, estes não estariam no álbum, já que, como vimos, teve o intuito perpetuar uma memória gloriosa dos vencedores, da polícia repressiva e do governo autoritário que perseguia indiscriminadamente seus opositores ou qualquer indivíduo/grupo que ameaçasse a manutenção da sua soberania. Havia censura, e, como avalia Tania de Luca:

O papel desempenhado por jornais e revistas num regime autoritário, como o Estado Novo e a ditadura militar, seja na condição de difusos de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político<sup>1</sup>.

Os jornais aqui analisados são porta-vozes da ideologia vigente, portanto, analisados como formadores de opinião. Não há no álbum nenhuma matéria que tenha tecido alguma crítica ao regime.

Contribuindo com a forma metodológica para analisar a imprensa, Roger Chartier aponta que lidar com essa fonte de pesquisa histórica requer cuidados, alertando que nem tudo que

---

<sup>1</sup> LUCA, op. cit., p. 129.

é publicado pode ser crível como a verdade. Como outras mídias impressas, os articulistas, a linha editorial, os jogos de poder em cena no calor dos acontecimentos, aliados a interesses políticos, conseguem transformar em real o que pode ser meramente especulativo, ou torcendo os fatos para provocar imagens, como a do medo. O conceito de representação é importante neste trabalho, visto que os jornais publicavam exaustivamente representações de inimigos da pátria versus patriotas nas publicações sobre a repressão aos estrangeiros. Cito Roger Chartier, de que a representação tem:

(...) função mediadora que informa diferentes modalidades de apreensão do real, quer opere por meio de signos linguísticos, das figuras mitológicas e da religião, ou dos conceitos do conhecimento científico. (...) Representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma imagem capaz de o reconstruir em memória e de figurar tal como ele é. (...) que faz tomar o logro pela verdade, que ostenta os signos visíveis como provas de uma realidade que não o é<sup>2</sup>.

Analisar as representações emitidas nos discursos da imprensa remete as análises e Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, de que:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero veículo neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere<sup>3</sup>.

Com tais aportes teóricos, passo as análises da imprensa, para perceber como os discursos ali contidos formavam um imaginário de temor das populações ítalo-germânicas por parte dos nacionais.

### 3.1 O "perigo alemão" nas manifestações nazistas

Além da forte política nacionalista de Getúlio Vargas durante o Estado Novo, o suposto perigo que os ítalo-germânicos representavam para o continente americano era sempre enfatizado. A imprensa anunciava em letras garrafais a “Conspiração contra todo o continente”, como fez o *Diário da Noite*, no dia 03 de junho de 1943, anunciando a exposição no Rio de Janeiro, em breve (ver imagem 17):

A produção do imaginário de medo é inegável, e em que pese a religião, tem como subtítulo “Falsos sacerdotes para envenenar a juventude”. Ao evocar o Continente latino americano,

<sup>2</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 20.

<sup>3</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino**: imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980, p. 19.

Figura 17 – Jornal *Diário da Noite*, colado no álbum (1943), página 8



Fonte – Acervo: Marlene de Fáveri.

as relações eram de claro alinhamento. Dentro do cenário latino-americano o Brasil foi um dos países que conseguiu mais “vantagens”, pelo menos a curto prazo, dentro da perspectiva da “política de boa vizinhança”, foram cedidos empréstimos e financiamentos para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda e para reforçar as Forças Armadas Brasileiras, além do fato de o Brasil poder enviar tropas para combater na Segunda Guerra Mundial, o que lhe deu certa superioridade entre as nações do cone sul<sup>4</sup>.

A Segunda Guerra Mundial a partir de certo momento tomou contornos de um embate entre os defensores da democracia e da liberdade (aliados), contra os autoritários imperialistas (eixo); nessa conjuntura, o Brasil se posicionou ao lado dos Aliados, mesmo que dentro do seu próprio território as palavras democracia e liberdade fossem pouco vivenciadas. Os Estados Unidos eram o único país entre os Aliados que se localizava no continente americano e passaram a ver uma possível ameaça alemã de conquistas de território no seu continente por um simples motivo: era grande a presença de alemães e descendentes vivendo em alguns países da América Latina, além da proximidade comercial que o Brasil vinha estabelecendo com a Alemanha desde que Hitler havia assumido o poder. Pensando em conter esta ameaça, os Estados Unidos resolvem adotar uma relação mais próxima com seus vizinhos latino americanos, dando apoio financeiro e promovendo uma espécie de intercâmbio cultural, o que ficou conhecido como a “política de boa vizinhança”. Seria a forma de trazer esses países para o seu lado e impedir possíveis

<sup>4</sup> PRADO, Maria Lígia Coelho. Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a guerra. *Revista da USP*, São Paulo, SP, n. 26, 1995.



aproximações com a Alemanha que pudessem significar ela possuindo territórios na América (ver imagem 18)<sup>5</sup>.

Figura 18 – Recorte de jornais colados no álbum, página 41



Fonte – Acervo: Marlene de Fáveri.

A imagem acima foi veiculada no jornal *O Globo*, um dos principais veículos de informação do Brasil até os dias de hoje. A matéria é do dia 23 de agosto de 1943, tratando de quando a exposição estava na cidade do Rio de Janeiro. Esta imagem é muito significativa sobre a temática aqui tratado pelo duplo caráter simbólico que salta aos olhos. Nela constam militares estadunidenses que estão visitando a exposição, além de uma bandeira com a suástica, símbolo do Nazismo, onde estes militares aparecem limpando os pés antes de entrar no local do evento. A chamada editorial do jornal é significativa para legitimar o discurso e a imagem que querem passar, pois levam o símbolo do Nazismo ao lugar mais baixo, servindo para limpar os pés justamente de militares dos Estados Unidos. No texto da matéria trazem uma suposta conversa entre um militar estadunidense que observa a exposição e o guia que vai lhe explicando, na qual o militar, ao visualizar uma farda japonesa, pergunta se é de Guadalcanal, em referência à

<sup>5</sup> PRADO, 1995, p. 52–61.

batalha travada na ilha de mesmo nome um ano antes entre os Aliados e os japoneses, enquanto o guia responde que na verdade é de São Paulo, dando a entender como o Brasil possuía dentro do próprio país o perigo do Eixo.

Durante a década de 1930 os Estados Unidos passam a dar uma atenção especial às nações da América do Sul, em especial Argentina e Brasil, temendo uma aproximação destas com os países que viriam a formar o Eixo, o que no caso do Brasil era ainda mais provável devido à grande quantidade de descendentes de alemães e italianos que aqui viviam e a aproximações do governo Vargas com os modelos nazifascistas. Dessa forma, os Estados Unidos lançam a Política de Boa Vizinhança no ano de 1933 para com os países da América Latina, buscando estabelecer laços de proximidade, criando uma ideia de união americana que afastasse o perigo da aproximação dos países do Eixo. Tal política lançada pelo presidente Franklin Roosevelt vinha em oposição à política anterior do “Big Stick” que se baseava na truculência para fazer o controle<sup>6</sup>. O momento e a localização estratégica da América Latina, aliados ao poder de negociação dos seus governantes, fizeram com que os EUA não se utilizassem de intervenções armadas e abrissem negociações, concedendo certos benefícios, em maior ou menor escala, a estes países.

A “política da boa vizinhança” mostrou uma outra possibilidade de política intervencionista, quem sabe até mais eficaz que o uso da força, pois nela o futuro dominado abre a porta e estende o tapete para o dominador. O cenário pós-guerra mostrou como esta porta que foi aberta através desta política, continuou escancarada, fazendo-se cada vez mais presente à nação norte-americana na política e economia interna dos países latino-americanos. Curioso também é o fato de os Estados Unidos se posicionarem como os defensores da liberdade e da democracia durante a Segunda Guerra, mas não terem o mínimo problema de negociar e estabelecer estreitas relações com um ditador como Getúlio Vargas que governava seu país passando bem longe dos ideais democráticos ou de liberdade individual<sup>7</sup>.

Esses significados reafirmavam e reforçavam imaginários sociais<sup>8</sup> construído em torno do “perigo alemão” e que justificava as ações de repressão do governo. Seriam ações que visavam unicamente a proteção da soberania da nação e do povo brasileiro. Conforme Priscila Perazzo,

A ideia de ‘perigo alemão’ consistia em acreditar que os países do continente sul-americano seriam anexados ao Reich alemão, através da invasão do exército,

<sup>6</sup> MACEDO, Kárita Bernardo de. **Carmen Miranda em Hollywood**: filmes para uma boa vizinhança. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – UDESC, Florianópolis, p. 41–45.

<sup>7</sup> PRADO, op. cit., p. 61.

<sup>8</sup> BACZKO, op. cit., p. 296–332.

no caso da vitória alemã na guerra. A porta de entrada para essa invasão seriam as colônias de origem germânica fixadas nosso continente, principalmente as do sul do Brasil”<sup>9</sup>

Para além disso, essa manutenção da aparência de boas relações e apoio incondicional ao governo, pode ser muito vantajosa para estes veículos, principalmente em um regime autoritário como o Estado Novo, em que a margem de atuação é mínima, porém sempre existente<sup>10</sup>. Essas atitudes figuram em uma esfera dos “jogos políticos”, na qual grupos moldam suas ações no cenário social de acordo com possíveis obtenções de vantagens, apoios, favores. A imprensa, que pretensamente deveria defender a liberdade, principalmente a própria liberdade de veicular informações, na medida em que se diz imparcial e a serviço de manter a população informada, também entra nesses jogos. Isso mostra que a concepção de política vai para muito além dos cargos e instâncias oficiais, tudo é político e principalmente nossas ações e escolhas<sup>11</sup>. Por isso esse trabalho percebe o campo de estudos da Cultura Política que busca compreender as motivações das ações de pessoas e grupos em determinados contextos históricos. Serge Berstein nos mostra que,

No centro da nova atenção dada doravante pelos historiadores ao fenômeno cultural, a cultura política ocupa, pois, um lugar particular. Ela é apenas um dos elementos da cultura de uma dada sociedade, o que diz respeito aos fenômenos políticos. Mas, ao mesmo tempo, revela um dos interesses mais importantes da história cultural, o de compreender as motivações dos atos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade. Todos os elementos respeitantes ao ser profundo, que variam em função da sociedade em que são elaborados e que permitem perceber melhor as razões de atos políticos que surgem, pelo contrário, como epifenômenos<sup>12</sup>.

Um dos pilares do governo de Getúlio Vargas foi a construção de um projeto de nação para o Brasil. Seu governo era centrado na construção de um estado nacional forte, econômica e politicamente falando. Na esteira de ideias que vinham desde o início dos anos 1920, Vargas queria imbuir a população de um sentimento de orgulho nacional, pertencimento à nação brasileira e, dessa forma, moldar o que seria o “cidadão brasileiro”. Para tal eram necessários ideais de valorização de alguns aspectos, como a língua portuguesa, a origem e a história do povo

<sup>9</sup> PERAZZO, 1999, p. 49–56.

<sup>10</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: Novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Editora Contexto, 1998, p. 183–213.

<sup>11</sup> RÉMOND, René. Do político. In: **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 441–450.

<sup>12</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierri; SIRINELLI, Jean François (Orgs.). **Para uma história cultural**. Editorial Estampa, 1998, p. 363.

brasileiro, entre outros, como vimos. Dentro deste projeto, nada mais eficaz para construir um inimigo do que apontar um suposto outro povo que deprecia traços nacionais brasileiros. E esse era um dos pontos enfatizados pela imprensa em relação aos alemães ao noticiar a exposição.

O jornal *Folha da Noite*, da cidade de São Paulo, divulgou no dia 6 de agosto de 1943, alguns trechos de documentos de um integralista chamado Hans Walter Taggesell, nos quais aparecem fortes insultos ao povo brasileiro: “Não casarei com brasileira, porque não quero que meus filhos nasçam sífilíticos”, “aqui só há dois partidos: um que furta com todo empenho e outro que quer subir para fazer o mesmo. É um verdadeiro teatro de macacos”. Os insultos são pesados, divulgados na imprensa e expostos na exposição, sem dúvidas geraram sentimentos de raiva em grande parte dos brasileiros que viram.

Hans Walter Taggesel era um engenheiro alemão que teve sua história ligada ao nazismo, conforme narrou a historiadora Marlene de Fáveri. Dia 04 de abril de 1943 deu entrada no Tribunal de Segurança Nacional o processo de Taggesell, 41 anos, residente em Lages (chegou em Hamônia no ano de 1924, seguiu para Curitiba e depois fixou-se em Lages) e natural de Dresden (Alemanha). Este processo “foi aberto em agosto de 1942”<sup>13</sup> e, conforme a autora, “constam dos autos aproximadamente 100 páginas de cartas em alemão, traduzidas para o português, enviadas por Hans para o pai na Alemanha e a outras pessoas de suas relações. A primeira carta data de 3 de outubro de 1929 e é endereçada ao pai, dizendo claramente sobre a ideia de “sangue puro”<sup>14</sup>. Esteve durante dezesseis meses no Presídio de Trindade, e em 9 de setembro de 1943 o Tribunal de Segurança Nacional foi absolvido por deficiência de provas e por não considerar o réu como praticante de propaganda política. As evidências são incontestáveis, todavia: foram apreendidas 44 fotografias com o réu e anexas ao processo, todas mostrando desfiles cívicos da Alemanha, Hitler com crianças, homenagens à pátria alemã, etc.

O ponto aqui não é discordar da veracidade do que ali foi dito; seria ingenuidade acreditar que não houvesse no Brasil alemães ou descendentes que tivessem essa visão acerca do Brasil e de seu povo, como mostra o processo de Taggesell. Esse discurso contém uma série de julgamentos depreciativos que eram até certo ponto recorrentes serem atribuídos ao brasileiro, que tem origem em uma matriz de pensamento eurocêntrica, colonial e preconceituosa. A questão é que da maneira como eram veiculados esses textos, somados à ideia de “perigo alemão” que era amplamente difundida, buscava-se construir a convicção de que esta visão era quase que uma

<sup>13</sup> Processo-crime n. 3.307 – Hans Walter Taggesell (Apelação n. 1.640). Fichário: Santa Catarina. Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Da página 05 a 107 do processo estão as cartas em alemão; da página 108 a 124, as traduções para o português.

<sup>14</sup> FÁVERI, 2004, p. 231.

unanimidade entre as populações germânicas. Mais uma vez é necessário insistir: não negar a existência de grupos simpatizantes do nazismo que declaravam esta visão de inferioridade para com o Brasil e sua população, mas sim de chamar a atenção não apenas para a generalização, mas a intervenção oficial no âmbito do imaginário social, associando descendentes de alemães com um inimigo a ser combatido. E em um momento de sentimentos nacionalistas exacerbados, textos como esse seriam profícuos para fomentar o sentimento de ódio entre os grupos étnicos. Vale lembrar que boa parte desses preconceitos e desapegos à população brasileira eram disseminados entre as elites nacionais desde o século XIX.

Conforme Giralda Seyferth, “A propaganda nazista, evidentemente, privilegiou o conteúdo racial e o nacionalismo alemão; a força do nacionalismo é o sangue comum que une o povo e é dever desse povo mantê-lo puro”, notando que “a ‘pureza racial’ e o mito ariano têm lugar de destaque nesta propaganda”<sup>15</sup>, tanto que os almanaques que circulavam nas colônias e cidades até o início da Segunda Guerra Mundial transcrevem “inúmeros trechos de discursos de Hitler abordando estes temas”.

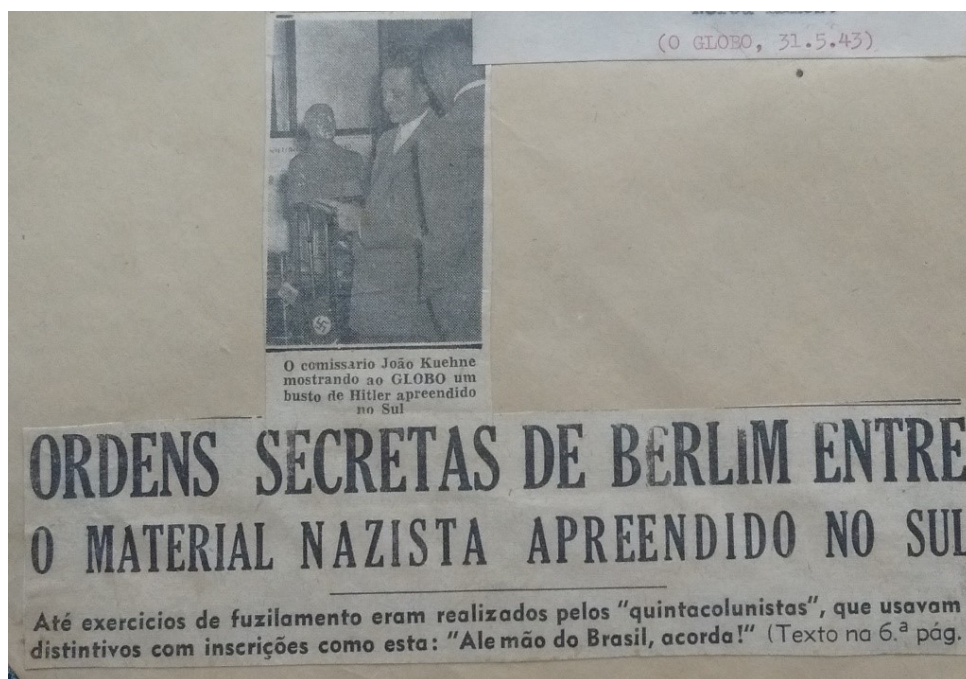
A imprensa na sua ampla maioria tinha um posicionamento pró governo nas questões envolvendo os imigrantes alemães, denunciando associações ligadas ao Nazismo. O afundamento dos navios mercantes brasileiros, supostamente por submarinos alemães, em agosto de 1942, fomentou a indignação e solidificou a ideia de “perigo alemão”, tanto que no dia 19 de agosto de 1942, o Diário Oficial do Estado enunciou em letras destacadas na primeira página: “O ‘Eixo’ hostilizando o Brasil”. A publicação oficial denunciava o ato como um atentado à soberania. No dia 22 de agosto, o Brasil declarou guerra ao Eixo. A atribuição dos ataques a navios brasileiros aos alemães foi amplamente divulgada, fazendo com que se cristalizasse o imaginário de perigo iminente. Para o senso comum, a Alemanha era responsável; tanto entre as autoridades como entre a população em geral, um acontecimento de tamanha proporção mexeu com os mais profundos sentimentos, criando e recriando imaginários sociais acerca das populações germânicas e mesmo dos teuto-brasileiros, que pouca ou nenhuma relação tinham com as ações tomadas no país europeu. Ao enunciar este fato como “a covarde agressão”, aponta em tom quase ameaçador que “o Brasil vingará todos esses covardes atentados à sua soberania — e o fará resoluta e severamente”. Um texto veiculado com este teor tem uma ampla capacidade de não só contagiar a população com este clima hostil e gerar sensações de medo nos teutos que aqui viviam, como principalmente de justificar ações empreendidas pelo governo contra qualquer coisa que se relacionasse ao “perigo alemão”. Este recorte se encontra logo no verso da primeira

<sup>15</sup> SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: FCC, 1981, p. 91.

página do álbum, funcionando como uma espécie de ponto de partida para uma possível narrativa que esta fonte busca construir.

O ano de 1943 foi o mais documentado nas páginas do álbum, e via de regra denunciando as investidas do Eixo sobre o Brasil. O Globo do dia 31 de maio de 1943, afirma que entre o material que foi apreendido no sul do Brasil e que compõe a exposição há “Ordens secretas enviadas diretamente de Berlim”, e sobre “O material nazista apreendido no Sul”. As ‘ordens secretas’ por certo alimentavam o imaginário de conspiração, um dos principais componentes que servia para alimentar o medo das supostas redes de comunicações entre os alemães que aqui viviam com a Alemanha Nazista (ver imagem 19).

Figura 19 – Recorte do Jornal *O Globo*, colado no álbum, página 40



Fonte – Acervo: Marlene de Fáveri.

A matéria afirma que foi ordenado um boicote a um estabelecimento comercial no Brasil, o que é curioso: uma rede de comunicação entre dois continentes, algo tão complicado naquela época, teria como uma de suas ordens boicotar um estabelecimento? A matéria também menciona uma suposta iniciativa de conspiração contra o governo brasileiro devido ao rompimento das relações comerciais com a Alemanha, porém de maneira muito vaga. Creio que se houvesse mais detalhes o periódico não perderia a chance de veicular.

No dia 6 de agosto de 1943, o jornal Folha da Noite, de São Paulo, divulgou uma matéria que afirmava que os alemães que viviam no Brasil recebiam orientação da Gestapo. Criada em



1933, a Polícia Secreta de Estado do governo nazista na Alemanha, tinha um papel semelhante à polícia política no Brasil: assegurar a subordinação da população ao governo (ver imagem 20).

Figura 20 – Recorte de Jornal *Folha da Noite* colado no álbum, página 62



Fonte – Acervo: Marlene de Fáveri.

A matéria expõe um mapa, anunciando a “Exposição de material subversivo nazista apreendida pela polícia de Santa Catarina”. Enuncia que havia “retratos de Hitler e distintivos em quantidade, literatura infantil, e a cruz gamada sobre a bandeira do Brasil.” A matéria é vaga no que enuncia, e parece consistir mais em jargões de cunho racista e discriminatório dos alemães para com a população brasileira e uma ordem de boicote a um estabelecimento, uma pensão no Rio Grande do Sul, mas nada que remeta diretamente um suposto perigoso plano de conquista do continente americano.

René Gertz indica que havia desarticulação entre a alta cúpula nazista na Alemanha e seus seguidores em terras brasileiras e o movimento se mostrava desorganizado e sem uma comunicação estreita e eficaz com a “matriz” europeia<sup>16</sup>. As duas matérias buscam evidenciar uma possível conspiração, o que transmite a impressão de algo ou forjado. Ordens de boicotes a estabelecimentos específicos, falas racistas com tons altamente ofensivos com o povo brasileiro são o tom destas matérias; porém, não se vê encaminhamentos, planejamentos de ofensivas que busquem a tal conquista do Brasil pelo terceiro Reich, e parecem ter o intuito de alimentar as animosidades com os teutos e fomentar ainda mais o imaginário do perigo alemão, do que de fato revelar algum risco corrido pela nação brasileira.

Os jornais estampavam por vezes as mesmas fotografias que estão dispostas nas primeiras páginas do álbum; agregavam a estas, imagens da exposição no Rio de Janeiro ou São Paulo.

<sup>16</sup> GERTZ, 1987, p. 74-80.

Em 06 de agosto de 1943, foi divulgada no jornal *Correio Paulistano* que a exposição fora inaugurada um dia antes da matéria, na sede da Bandeira Paulista de Alfabetização (ver imagem 21).

Figura 21 – Recorte de Jornal *Correio Paulistano*, colado no álbum, página 61



Fonte – Acervo: Marlene de Fáveri.

Com o título “As criminosas atividades nazistas no sul do Brasil”, a imagem da exposição parece um pouco mais desorganizada do que aquelas exibidas em Florianópolis. Os materiais são no geral os mesmos, várias suásticas, quadros de Hitler, quadros com símbolos, livros e algumas armas. O que salta aos olhos nesta imagem é uma bandeira do Brasil ao lado dos símbolos nazistas; percebe-se que a bandeira está diferente da bandeira do Brasil original, e a reportagem sugere que isto poderia indicar a tentativa de enganar as fiscalizações da polícia repressiva, mas também uma maneira de afrontar, “profanar”, a bandeira nacional, que tal qual o nosso idioma, constituiria um dos símbolos desse nacionalismo exacerbado. O ato de mexer na forma da bandeira e misturá-la com outras referências, no caso possivelmente nazistas, gera um sentimento de indignação nos que viram, além de afrontar um dos principais símbolos que constituem este imaginário de pertencimento nacional tão difundido pelo Estado Novo. Neste caso um ato também enfatizado pelo governo e pelo jornal que veiculou esta imagem e o texto para aumentar ainda mais o ódio aos germânicos.

Boa parte das matérias, principalmente dos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, trazem fotografias tiradas na exposição quando estavam nestes lugares, em diferentes ângulos,



mostrando o volume de materiais recolhidos, como para impressionar os visitantes. Ana Maria Andrade e José Cardoso dizem que “A imagem fotográfica é uma forma particular de comunicação: imagens e textos se complementavam. Ao flagrar acontecimentos, selecionar momentos singulares registrar o cotidiano, ela provoca de imediato algum tipo de emoção no leitor, podendo ser captada como realidade<sup>17</sup>.”

Segundo estes autores, “à primeira vista, o discurso de apropriação estética empresta verossimilhança à informação, ampliando a credibilidade do tema abordado e reforçando a confiabilidade no veículo de informação”<sup>18</sup>. Logo, é interessante ver como estas mídias também se utilizam do recurso imagético para divulgar a exposição e conquistar a atenção dos leitores; tanto a fotografia, quanto a mídia e inclusive a fotografia dentro da mídia constroem “verdades” e “realidades”<sup>19</sup>.

Armas eram um trunfo da caça aos nazistas, e aparecem nas páginas do álbum, obtidas das exposições e transformadas em notícias (ver imagem 22).

Figura 22 – Recorte de Jornal *A Noite*, colado no álbum, página 55



Fonte – Acervo: Marlene de Fáveri.

As imagens acima são do jornal *A Noite*, de São Paulo, veiculadas no dia 11 de agosto de 1943. A primeira mostra várias armas que fariam parte da exposição, dizendo inclusive na reportagem que aquilo seria uma mínima parte de todo o armamento apreendido. Armamento esse que poderia ser usado por estas populações para dominar o território brasileiro, ou seja, mostra que a imprensa cogitava a conspiração e de como os alemães ambicionavam dominar territórios e possuíam inclusive as armas para isso.

<sup>17</sup> ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de; CARDOSO, José Leandro Rocha. Aconteceu, virou manchete. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 41, 2001, p. 253.

<sup>18</sup> Ibid., p. 253.

<sup>19</sup> KOSSOY, op. cit., p. 53.

A segunda imagem traz um ponto que era muito recorrente: a associação do Nazismo ao Integralismo. Nela se percebe um quadro montado pela própria polícia com uma série de símbolos nazistas e integralistas apreendidos. Logo acima há fotos de Adolf Hitler e Plínio Salgado, sendo chamados de os dois “fuehrers”. A matéria dá ênfase com a manchete “Nazismo e Integralismo de mãos dadas em Santa Catarina”, com extensa matéria e entrevista concedida por João Kuehne, que também proferiu palestra na ocasião; fotografias diversas de desfiles de nazistas e integralistas, quadro com “distintivos nazi-integralistas apreendidos em Santa Catarina”. Essa associação entre os dois movimentos é bem recorrente nos jornais da época, tratados como se fossem a mesma coisa. Sabe-se, entretanto, que mesmo que tenham semelhanças, se tratam de diferentes movimentos. Ambos os partidos, o Nazista e o Integralista, ameaçariam a soberania do projeto nacional do Estado Novo. O jornal *O Dia*, de São Paulo, no dia 06 de agosto de 1943, publicou em letras destacadas que “o integralismo era a máscara do Hitler no Brasil”, e que “os camisas verdes sempre andaram de mãos dadas com os nazistas” (ver imagem 23).

Segundo René Gertz, a Ação Integralista Brasileira “começou a estruturar-se em Santa Catarina no início de abril de 1934, quando por iniciativa de Othon Gama D Eça, Antonio Portini e Carlos Seabra, se constituiu o primeiro núcleo em Florianópolis”<sup>20</sup>. João Henrique Zanelatto informa que,

A grande difusão e aceitação por vários setores da sociedade catarinense possibilitaram a AIB constituir-se se uma das principais forças políticas no Estado. Isso ficou evidenciado nas eleições municipais de 1936, o Integralismo elegeu oito prefeitos, sendo dois deles nos maiores e mais ricos municípios do Estado na época: Blumenau e Joinville. Além disso, foram eleitos 72 vereadores<sup>21</sup>.

Ação Integralista Brasileira (AIB), foi fundada em 1932, por Plínio Salgado. João Bertonha mostra a importância da propaganda fascista de Mussolini na formação da ideologia integralista ao público brasileiro; aponta as especificidades e conflitos entre os líderes no Brasil — Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale —, mas também na Itália, que desconfiava de um movimento cujo foco nacionalista impossibilitava a difusão do idioma. Mesmo assim, colaborações haviam, em meio a intensas contradições e fluidez na aproximação<sup>22</sup>. Rosa Cavallari, destaca a importância dos jornais e livros na difusão das ideias, as sessões doutrinárias, símbolos e ritos criados em torno do Sigma, sendo que, em 1937, eram mais de um milhão de associados

<sup>20</sup> GERTZ, op. cit., p. 179.

<sup>21</sup> ZANELATTO, João Henrique. Integralismo: o fascismo brasileiro em Santa Catarina. **Seminário CSA**, UNESC, v. 2, n. 2, 2010.

<sup>22</sup> BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. **Revista Brasileira de História**, ANPUH, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001, p. 85–105.

Figura 23 – Recorte de Jornal *O Dia*, colado no álbum, página 63



Fonte – Acervo: Marlene de Fáveri.

em todo o Brasil, com 115 jornais em circulação. De Santa Catarina, a autora mapeou 10 jornais integralistas<sup>23</sup>.

Segundo Marlene de Fáveri,

(...) mesmo que muitos integralistas não apoiassem o nazismo, havia laços entre eles, muito embora um documento revele divergências: os nacional-socialistas tinham como princípio manter a limpeza da raça, o que não coadunava com as ideias de mescla racial apregoada pelos integralistas (...)<sup>24</sup>.

Os integralistas aparecem nas páginas dos jornais como também traidores da pátria, “de mãos dadas como nazi-fascismo”; foram perseguidos por motivo de segurança nacional.

A Segunda Guerra Mundial foi deflagrada no dia 1º de janeiro de 1939 e teve seu término oficial em 08 de maio de 1945, com a capitulação do Eixo. No andar dos acontecimentos, o Brasil rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo — Alemanha, Itália e Japão —, em janeiro de 1942 e oficialmente declarou guerra em 22 de agosto de 1942. A historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro traz revelações, dentre estas, documentos secretos onde se lê os planos do governo inglês em desestabilizar a economia brasileira via boicote ou reduzindo as importações de mercadorias brasileiras, de forma a produzir o descontentamento, desemprego e a consequente reação popular, contando com o colaboracionismo aos norte americanos, ou

<sup>23</sup> CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru, SP: EDUSC, 1999.

<sup>24</sup> FÁVERI, op. cit., p. 215.

seja, um movimento que já vinha sendo “induzido” por pressões dos Estados Unidos<sup>25</sup>. Entre janeiro de 1942 a maio de 1945, as ações governamentais estavam voltadas contra os “perigos”, representados na imagem do estrangeiro ou de pessoas de descendência dos países ligados ao Eixo; é nesse momento que a ideia de conspiração se acirrou e as perseguições policiais passaram a ter lugar assegurado e legitimado.

A imprensa reproduz exaustivamente a imagem desse ‘outro’ e é recorrente a expressão ‘quinta coluna’ como construção da imagem das populações ítalo-germânicas, consideradas traidoras da pátria, subversivas ou “quistos étnicos”. Conforme Seyferth, o uso sistemático das categorias estrangeiro e alienígena, aplicadas inclusive aos descendentes nascidos no Brasil pelos encarregados da política imigratória e da nacionalização, tem caráter de estigma e supõe a ausência de brasilidade, de patriotismo e a negação do espírito nacional<sup>26</sup>.

A fotografia reproduzida na Imagem 24, veiculada pelo jornal *Diário da Noite*, do Rio de Janeiro, no dia 27 de agosto de 1943, dá ênfase nos pés de uma pessoa negra, num calçado aberto e pisando em uma bandeira com a suástica, principal símbolo do Nazismo:

Figura 24 – Recorte de Jornal *Diário da Noite*, colado no álbum, página 47



Fonte – Acervo: Marlene de Fáveri.

Com um “Brado alerta de ontem e de hoje, como age no Brasil a 5ª coluna”,<sup>27</sup> essa

<sup>25</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Casablanca tropical. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1486, 7 de fev. de 2001, p. 42-46.

<sup>26</sup> SEYFERTH, 2017, p. 592.

<sup>27</sup> O termo “quinta-coluna” tem origem na Guerra Civil Espanhola, ou seja, quando o General Franco, na luta

imagem diz muito no sentido de mostrar o “legítimo” brasileiro pisando na suástica, ou como se refere, o “Caboclo nacional pisando o símbolo orgulhoso do Nazismo”. Sobre a fotografia, é curioso como o projeto nacionalista toma emprestada essa imagem dos povos negros para se legitimar, mas os mantém à margem da sociedade e não havia integração nacional de fato. A frase inclusive deixa uma dúvida: o adjetivo “orgulhoso” se refere ao caboclo ou ao símbolo nazista?

A exposição no Rio de Janeiro aconteceu na sede do Silogeu Brasileiro, e consta que “milhares de pessoas não puderam entrar no edifício” sendo um “espetáculo inédito na capital federal”. A questão principal é pensar em que medida a imagem de cada povo ou grupo serve ao projeto de governo em cada momento, já que o mesmo Getúlio Vargas já se inspirou em modelos alemães de governo e, até eclodir a Segunda Guerra Mundial, nutria grande simpatia pelos alemães. Até então, os alemães e descendentes, assim como italianos, eram considerados importantes à nação brasileira por terem contribuído ao progresso. Quando foi conveniente, utilizou da imagem do negro, historicamente vítima de exclusões sociais, para legitimar seu projeto de combate e repressão aos mesmos alemães que outrora afagava.

No dia 16 de agosto de 1943 o jornal *Diário da Noite*, de São Paulo publicou uma matéria que trata da visita do Comissário de Polícia da Ordem Política e Social, João Kuhene, principal responsável pela exposição fora de Florianópolis, à Associação dos Profissionais de Imprensa de São Paulo. Segundo a publicação, ele esteve lá na tarde do dia anterior e foi recebido pelos presidente e secretário da associação com um “cock-tail”. Essa matéria chama a atenção principalmente pelo fato de a exposição e toda a empreitada que lhe deu origem serem praticamente de maneira unânime enaltecidas e vangloriadas pelos veículos de imprensa.

As matérias de jornais mostram a produção do temor para com as pessoas de origem ítalo-germânicas, e são na quase totalidade acompanhadas de fotografias que evidenciam a grande quantidade de material apreendido na campanha de nacionalização. No campo das representações, é possível inferir as formas de agir, pensar, organizar as imagens das exposições como “matrizes geradoras de condutas e práticas sociais”, na afirmação de Sandra Pesavento<sup>28</sup>, e que não são discursos neutros. Nas representações da exposição veiculadas através da imprensa, é essencial

---

contra o governo eleito pela Frente Popular (reunião de setores da esquerda e auxílio da União Soviética), em julho de 1936, organizou o ataque para a tomada do poder, concretizado, em 1939, pela Falange, com ajuda militar da Itália e Alemanha. Na ocasião, avançando contra Madrid com quatro colunas de tropas, Franco referiu-se à ação de uma quinta coluna composta de simpatizantes da causa revolucionária dentro da cidade de Madrid, quer dizer, uma coluna supostamente de espiões. Franco instalou um regime totalitário que durou até 1975, quando de sua morte.

<sup>28</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 40.



“identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada, dada a ler”<sup>29</sup>.

### 3.2 Um álbum memorialístico da polícia política

Por muito tempo a história desse período se encarregou de perpetuar uma memória dos vencedores/opressores sobre o período da Segunda Guerra Mundial no Estado de Santa Catarina. Recentemente alguns trabalhos viraram a chave de análise e olharam este período sob a ótica dos oprimidos/perseguidos, sendo a obra de Marlene de Fáveri<sup>30</sup> um dos melhores exemplos. No meu trabalho tenho a plena consciência de estar manuseando fontes que constituem a memória dos vencedores, mas não pretendo perpetuar uma visão sacralizada do governo Vargas e da polícia política como os heróis que salvaram a nação do perigo nazista. Partindo do conceito muito usado pelo filósofo italiano Giorgio Agamben, a ideia é “profanar”<sup>31</sup> esta memória e esta visão glorificadora do aparato estatal da época, mostrar que no cotidiano da repressão havia relações tensas e a imprensa estava carregada de intenções e interesses muito além da suposta missão de salvar a pátria brasileira. Pensando nos jornais como uma forma de representação e se as representações são sempre determinadas pelos interesses de um grupo que as constrói, as imagens da exposição de material nazista, estampadas na imprensa do Rio de Janeiro e São Paulo, se espalhavam pelo país, e eram reproduzidas em jornais locais, lembro que o rádio tinha papel importante na disseminação de representações sobre o perigo alemão. A exposição, mais que um evento, foi disseminadora de um ideário de patriota que tinha o dever de denunciar os então tidos como inimigos. Portanto, ao publicarem com tanta ênfase, com imagens fortes e chamadas garrafais, o feito da Polícia Política em Santa Catarina, os jornais rerepresentavam os perigos e provocavam o temor do inimigo ligado ao eixo. Sobre essa intencionalidade do que é publicado em periódicos impressos, a historiadora Silvia Maria Fávero Arend alerta para a constituição de uma memória coletiva, de que a imprensa a princípio não inventa, mas reinventa:

A utilização de fontes midiáticas como documentos históricos requer de historiadores e historiadoras a percepção de que os meios de comunicação atuam na sociedade como interlocutores ativos na elaboração da própria informação. Isso porque a mídia integra processos sociais que abarcam a constituição de memórias coletivas e extrapolam a prática da mediação na condição de simples transposição de informações. Longe de formarem conteúdo rígido, as notícias mediadas pela imprensa escrita periódica foram, primeiramente, tornadas notícias. Estas não emergiram como tal, apenas foram incorporadas às pautas, em

<sup>29</sup> CHARTIER, op. cit., p. 16.

<sup>30</sup> FÁVERI, op. cit.

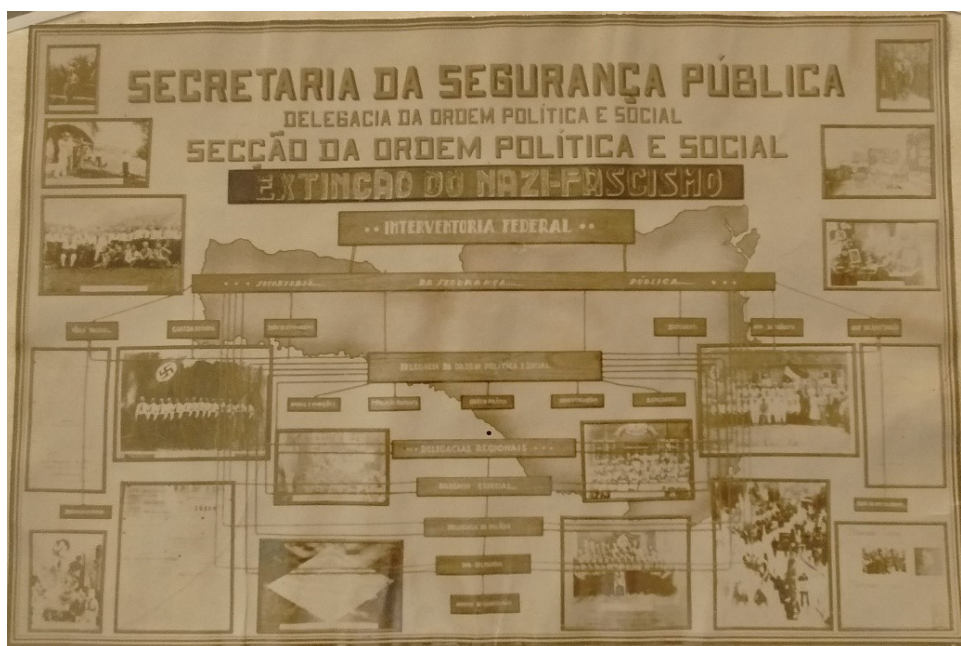
<sup>31</sup> AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? (e outros ensaios)*. Chapecó: Argos, 2009, p. 27–51.

uma iniciativa permeada por intencionalidades, que se refletem no seu próprio teor<sup>32</sup>.

Interesses internos e externos de grupos específicos motivaram toda esta empreitada repressiva e a polícia política, ao deixar para a posteridade suas memórias, mesmo que em forma de um álbum da exposição, pretendeu cristalizar seus feitos, num momento em que o projeto nacionalista de criação de massas homogêneas do governo Getúlio Vargas e os interesses estadunidenses na América Latina são os que mais se destacam.

Os órgãos policiais do governo encarregados da perseguição, repressão e apreensão de materiais mantinham uma constante preocupação de divulgação do suposto êxito da sua empreitada de perseguição ao “perigo nazista” que alegavam existir em Santa Catarina. Para tal, eles precisavam publicizar suas ações em prol da pátria brasileira e mostrar os efeitos que vinham causando no estado de Santa Catarina. Uma fotografia do álbum mostra como era esta hierarquia (ver imagem 25):

Figura 25 – Imagem fotográfica, colada no álbum, página 4



Fonte – Acervo: Marlene de Fáveri.

Neste esquema que aparece na imagem 25, com o organograma da Secretaria de Segurança Pública/Delegacia de Ordem Política e Social/Secção da Ordem Política e Social, é apresentada a hierarquia e as ramificações ao amplo sistema repressivo encarregado de levar

<sup>32</sup> AREND, Silvia Maria Fávero. Já nas bancas: meninas e meninos das páginas de uma revista semanal (Brasil, década de 1990). In: MOREIRA, Rosemeri (Org). **O gênero e os meios: imprensa, televisão e cinema**. Londrina: Syntagma, 2014, p. 68.

a cabo as ordens do Estado Novo de combate às populações alemãs. Tendo como ponto mais alto a Interventoria Federal, que tinha Nereu Ramos como encarregado, personalidade forte da política catarinense, pertencente à conhecida oligarquia dos Ramos e homem de confiança do presidente Getúlio Vargas. Fica perceptível que diversas eram as instâncias encarregadas de levar à frente essa empreitada de combate ao nazi-fascismo em Santa Catarina, o que mostra o tamanho do investimento feito pelo governo, pois se diversas eram as instâncias, grande deveria ser o contingente humano deslocado para esta missão. Fica evidente como este era um ponto chave de grande valor para a manutenção e consolidação do projeto varguista de nação. Os descendentes de alemães eram vistos como um grande perigo dentro da edificação deste projeto, porém creio que muito menos por associações ao Nazismo, mas sim por representarem um questionamento à homogeneidade da política cultura imposta pelo Estado Novo. A ideia varguista era de uma nação de brasileiros homogênea quanto ao sentimento de pertencimento nacional e aceitar a diversidade significaria fragilizar o projeto<sup>33</sup>.

A exposição de material nazista adquiriu um caráter simbólico muito grande na imprensa da época, foi vista não só como a símbolo da luta patriótica contra o perigo nazista, mas também como a certificação do triunfo nesta luta. Por isso são recorrentes as matérias com teor altamente laudatório para com a exposição e os responsáveis pela sua montagem, apreensão e recolhimento dos materiais que a constituíam e também pelo aparato repressivo e de combate às populações alemãs como um todo.

A exposição foi inaugurada em Florianópolis em julho de 1942, e os materiais ali expostos foram, como vimos, retirados de seus proprietários antes desta data, o que mostra que a campanha de nacionalização e suposta desnazificação do Estado era uma missão da polícia e do governo Nereu Ramos (ver imagem 26).

O jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, no dia 14 de agosto de 1942, divulgou extensa reportagem sobre a exposição de material nazista aberta em Florianópolis, o que mostra o tamanho da repercussão deste evento, para além das fronteiras estaduais e regionais, mas a nível nacional, ao ponto de um jornal deste porte lançar uma matéria ocupando um bom espaço e fotos com vistas de enaltecer a exposição e o trabalho da polícia política catarinense. Com o título “Material de propaganda nazista”, os adjetivos “sensacional”, “impressionante” são utilizados na matéria para enaltecer a exposição. Consta que “o critério e o trabalho afanoso, prudente, mas enérgico, que tem sido desenvolvido pelas autoridades catarinenses no sentido de destruir os perigosos focos que vinham procurando subverter a ordem e apunhalar traiçoeiramente o

---

<sup>33</sup> PERAZZO, op. cit., p. 42–43.



Figura 26 – Recorte de Jornal *A Noite*, colado no álbum, no verso da página 2



Fonte – Acervo: Marlene de Fáveri.

coração do Brasil”, assim como a elevação das autoridades catarinenses a um caráter heroico de salvamento da nação brasileira.

Percebe-se, nestes elogios, o papel destas autoridades de não deixar que se subvertesse a ordem, daí a intervenção dos aparatos de segurança/repressivos. Essa dualidade ordem/desordem é a pedra angular da justificativa da maioria dos atos repressivos nas sociedades modernas e encontra no aparato policial o principal instrumento de manutenção da ordem dentro do estado que essa instituição policial sirva<sup>34</sup>. O Estado Novo utilizou da polícia política, nos seus órgãos repressivos e na imprensa os meios de manutenção da ordem que perpetuassem e legitimassem seu poder e suas ações, as quais se justificavam a partir da ameaça criada no imaginário de um inimigo que abalaria esta ordem, traria a desordem.

Além da perseguição às populações alemãs, italiana e japonesa<sup>35</sup>, outra característica marcante do governo Vargas era a perseguição aos comunistas. Segundo Tucci Carneiro, os comunistas abalavam sua imagem de ‘pai dos pobres’ e salvador dos trabalhadores, na medida em que o contestavam e não se coadunavam à grande massa de seguidores incondicionais que ele almejava<sup>36</sup>. Logo, foram mantidos ativos os elementos que compunham um imaginário anticomunista, tomando tal posição política como agressiva, desestabilizadora e anticristã, um mal para a nação brasileira. Como se sabe, essa imagem pejorativa tem uma longa duração. Uma herança que vem deste o início da República, haja visto que a perseguição aos comunistas não se

<sup>34</sup> BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Editora UnB, 1982.

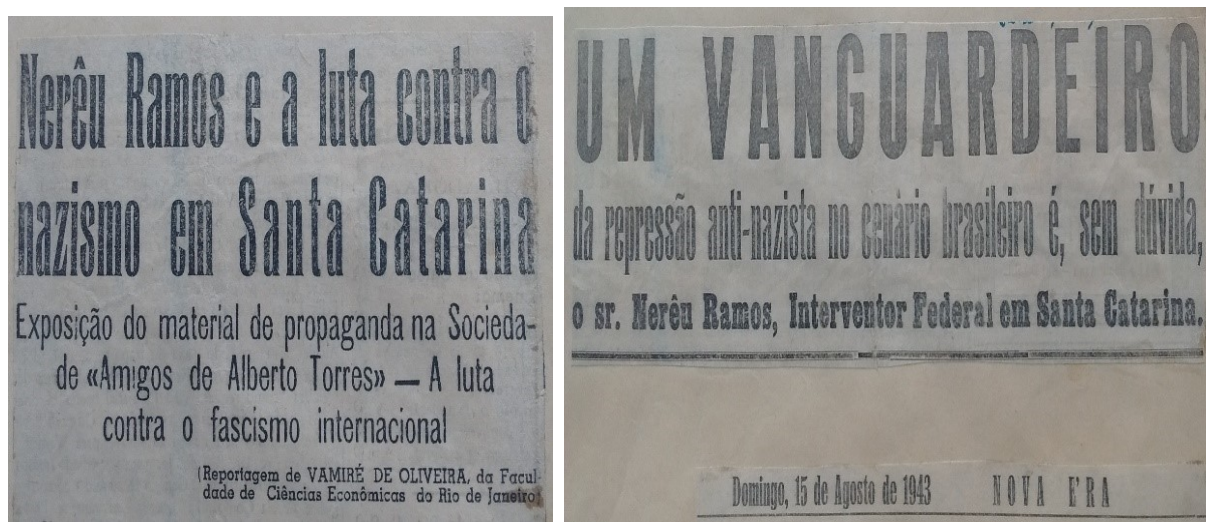
<sup>35</sup> Sobre o assunto ver em: MORAIS, Fernando. **Corações sujos**. São Paulo: Cia de Letras, 2000.

<sup>36</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia de segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 327–340.

inicia no governo Vargas, mas tem ali um momento de ápice.<sup>37</sup> Lembro que a Igreja Católica, em seus discursos e práticas, demonizava o comunismo; aliás, “o diabo é vermelho” é título de obra de Simone Rodeghero<sup>38</sup>.

Além de exaltações à exposição e à coletividade do aparato policial catarinense, há também os reconhecimentos públicos individuais, vangloriando os sujeitos que são símbolos dessa empreitada, dois em especial são constantemente lembrados, além do presidente Getúlio Vargas, que são Nereu Ramos e João Kuehne, como se lê na imagem 27 que apresenta recortes de jornais saudando o interventor catarinense.

Figura 27 – Recorte de jornais colados no álbum (1943), páginas 32 e 33



Fonte – Acervo: Marlene de Fáveri.

O jornal *Nova Era*, de Rio do Sul, interior de Santa Catarina, publica, em dia 15 de agosto de 1943, matéria em que apresenta Nereu Ramos como o símbolo da luta contra o Nazismo em Santa Catarina, chamando-o de “um vanguardeiro da repressão anti-nazista no cenário brasileiro”, descrevendo-o no texto da matéria como alguém que, “propugnando pela liberdade de ação, nunca deu trégua ao nazismo em terras catarinenses, procurando debelar esse mal que tantos dissabores futuros nos iriam acarretar”. Sua “luta contra o nazismo em Santa Catarina” e contra “o fascismo internacional” rendeu-lhe as láureas mais proeminentes da campanha efetivada no Brasil.

Nereu Ramos é uma das figuras mais importantes da história do cenário político catarinense nos jornais apostos no álbum. O período do Estado Novo, com a ditadura de Getúlio

<sup>37</sup> Sobre a questão do anticomunismo no Brasil no século XX, ver mais em: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo vermelho”**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

<sup>38</sup> RODEGHERO, Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul, 1945-1964. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

Vargas, fortalece as oligarquias regionais que apoiaram o movimento de 1930. Em Santa Catarina, Nereu Ramos passou a comandar o grupo político e familiar que rivalizava com a oligarquia dos Konder Bornhausen após uma cisão ocorrida por volta de 1920 no interior do então Partido Republicano Catarinense. Durante o período do Estado Novo e até 1950 os Ramos são quem se mantêm no poder em Santa Catarina. Ao longo de sua trajetória Nereu Ramos ocupou uma série de cargos políticos importantes, sendo deputado, senador e até presidente da república por uns meses, após o suicídio de Getúlio Vargas<sup>39</sup>. Seu engajamento no processo de nacionalização e sua pouca simpatia aos teuto-brasileiros<sup>40</sup> são algumas de suas marcas registradas, até por isso era tão eficiente para a máquina estatal e positivamente reconhecido pela imprensa que apoiava tais medidas. No álbum, encontramos uma série de láureas e agradecimentos, como a que aparece na Imagem 28. No recorte, o capitão Antônio de Lara Ribas presta seu louvor e agradecimento públicos a João Kuehne, encarregado de acompanhar a exposição quando esteve nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Lara Ribas era Delegado de Ordem Política e Social do estado de Santa Catarina, ocupando o cargo mais alto dentro da polícia política no estado, sendo então o líder e maior responsável pela empreitada de perseguição e repressão aos alemães em Santa Catarina.

João Kuehne foi um dos responsáveis pela confecção do livro *O punhal nazista no coração do Brasil*, produzido pelo DOPS, em novembro de 1943<sup>41</sup>, e publicado pela Imprensa Oficial do Estado. Traz uma folha intitulada *Ao leitor*, assinada pelo Capitão Antônio de Lara Ribas; e, um prefácio assinado por Antônio Carlos Mourão Ratton, então Secretário de Segurança Pública do Estado, no qual há o seguinte trecho: “este livro é um documentário das atividades pangermanistas, ou melhor dito, da infiltração nazista em Santa Catarina”. Antônio de Lara Ribas, autor do livro, era capitão do exército, responsável pela repressão no Estado, chegou a ser conhecido na informalidade como “o caçador de nazistas”. Esta menção de louvor e agradecimento foi publicada no *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*, no dia 30 de julho de 1943, como reconhecimento para o comissário de polícia João Kuehne. Ao longo do álbum, estão outras menções a João Kuehne, em diferentes reportagens em que aparece explicando a exposição; discursando, ou mesmo outras em que é positivamente reconhecido. Esta obra é uma compilação de imagens, documentos, mapas, cartas, encartes, muitas fotografias, com clara intenção de guardar a memória da campanha de nacionalização e da caça aos nazistas, mostrando

<sup>39</sup> LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.

<sup>40</sup> GERTZ, op. cit., p. 66–67.

<sup>41</sup> RIBAS, Antônio de Lara. **O punhal nazista no coração do Brasil**. Florianópolis: IOESC, 1943, p. 11.

Figura 28 – Recorte de jornal - sem nome/data - colados no álbum, página 28



Fonte – Acervo: Marlene de Fáveri.

o trabalho da polícia política (ver imagem 29).

Analisar esta obra histórica prescinde de perceber sua historicidade. Qual teria sido a recepção deste livro à época? Inegavelmente, é uma obra laudatória da eficaz campanha de nacionalização em Santa Catarina.

É um exercício de guardar uma memória de si, de maneira que aquilo não se perca e seja constantemente lembrado. O livro tem 205 páginas, e conta, da ótica da polícia política, a trajetória da campanha de nacionalização em Santa Catarina. É possível problematizar o documento nas suas condições de produção e modos de recepção, o que não será objeto de análise neste texto dissertativo.

Além de fotografias e recortes de jornais, que juntos constituem a maior parte do corpo documental do álbum, constam ainda alguns documentos de tipologia variadas, como correspondências, comunicados do DIP ou mesmo alguns em que não fica clara a designação, porém se



Figura 29 – Capa do livro *O punhal nazista no coração do Brasil*



Fonte – Acervo: Marlene de Fáveri.

mostram deveras interessantes.

Entre estes documentos variados no álbum, há uma série de cartas de agradecimento e reconhecimento, enfim, todas trazem um retorno positivo da exposição de material nazista. São assinadas, em sua maioria, por representantes de instituições que receberam ou foram visitar a exposição; reconhecem o trabalho da polícia política catarinense, da Secretaria de Segurança Pública, da Interventoria Federal, todos órgãos e instâncias que estavam diretamente envolvidos na repressão aos alemães em Santa Catarina, com a apreensão de materiais e a consequente montagem da exposição. Destaco uma em específico, a transcrição da correspondência a qual encontra-se disponível no Anexo A.

Colégio Pan-Americano

Internato e Externato (Reg. No Departamento de Educação)

Rua Miguel Fernandes, 44 – Meier – Fone 29-1155

Rio de Janeiro Rio de Janeiro, 25 de julho de 1943 Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública do Est. De Santa Catarina – Florianópolis – Santa Catarina

Visitando a exposição de material nazista e integralista que o Governo de Santa Catarina ora realiza na sede da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, no Rio de Janeiro, pude “de-visu” aquilatar do importante serviço que o aparelhamento policial de Santa Catarina conseguiu realizar no combate ao nefando “quinta-colunismo” que ameaçou de maneira mais perigosa a soberania de nossa Pátria.

Felicitando as autoridades de Santa Catarina, congratulo-me com o povo brasileiro, pelo patriótico serviço que lhe foi prestado por aqueles que cortando corajosamente o avanço do germanismo avassalador, vai aos poucos, mas seguramente, extirpando a “herva-má” do chamado kisto racial germânico.

Atenciosas saudações do patrício venerador. (a) Dr. Noemio Velloso de Souza e Silva Diretor

(Transcrição da correspondência)

Tal correspondência foi enviada pelo Colégio Pan-Americano do Rio de Janeiro, no dia 25 de julho de 1943, endereçada ao Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina. O conteúdo da carta segue a linha geral destes documentos, enaltecendo os valiosos serviços que este órgão prestou à segurança de toda a nação brasileira e afirmando que a exposição comprova a existência de fato deste perigo nazista em solo brasileiro. Para além do que já é recorrente neste discurso, chamo a atenção para a instituição que envia a correspondência, um colégio, ou seja, um estabelecimento educacional.

Os últimos dois documentos que irei trazer apontam para a já discutida ideia do “perigo alemão”, porém chamam especial atenção pelas suas origens, meio e forma com que são

veiculados. O primeiro trata-se de uma folha, sem qualquer indício de remetente ou destinatário, mas na qual consta um interessante texto datilografado, transcrito abaixo, a imagem encontra-se disponível no Anexo A. O texto consiste de quatro frases ou trechos que eram irradiados pelo sistema de som ambiente enquanto a exposição se encontrava na sede da Liga de Defesa Nacional, no Rio de Janeiro. Pelo que consta no documento, essas frases eram reproduzidas de meia em meia hora.

#### NA LIGA DA DEFESA NACIONAL, NO RIO

“BRASILEIROS. O material exposto pela Polícia Catarinense, mostra que a quinta coluna tinha um punhal traiçoeiro, erguido contra o coração de nossa Pátria.”

“O material exposto pela Polícia de Santa Catarina, é uma clarinada estridente aos ouvidos dos brasileiros, alertando-os a manterem-se unidos em defesa da PÁTRIA.”

“Procurando solapar os alicerces da nossa Pátria imortal, os déspotas e tiranos nazi-fascistas criaram aqui a quinta coluna. Em Santa Catarina o Povo, auxiliado pela sua brava Polícia, mostrou o seu amor pela liberdade, esmagando-a.”

“BRASILEIROS. Que a obra nefasta dos inimigos da Pátria que esta exposição revela, vos sirva de aviso para que estejais cada vez mais vigilantes.”

(Frases irradiadas de meia em meia hora, pelo Serviço de Rádio (alto-falantes) na Exposição Anti-Nazista, na Liga da Defesa Nacional.)

(Transcrição do documento)<sup>42</sup>

São todas frases reiterando o já exaustivamente anunciado perigo que o Brasil e Santa Catarina corriam com a presença de nazistas. Chama a atenção as ênfases nos elementos agregadores no texto que, ao mesmo tempo que anunciam o inimigo e o perigo que ele representa, visam estabelecer um sentimento de união e pertencimento em torno do ente simbólico que é a pátria brasileira, pois é ela que corre perigo e ela que devemos dedicar nossos esforços para proteger. As ênfases nas palavras “brasileiros”, “pátria” mostram como se buscou essa união através da exposição da existência de um inimigo comum, no caso o Nazismo.

Dentro do projeto nacionalista do governo de Getúlio Vargas, esse inimigo comum foi oportuno, pois nada melhor para unir os entes da nação em torno de um objetivo comum do que um inimigo comum. Dessa forma, a suposta ameaça nazista que se abateu no Brasil nas décadas de 1930 e 1940 foi de grande valia para os objetivos do governo varguista, construindo uma

---

<sup>42</sup> Ver anexo 2

imagem de vanguarda na perseguição ao Nazismo, juntamente com outros feitos, que circundam essa importante e contraditória figura da história brasileira que foi Getúlio Vargas.

Um comunicado do DIP, datado do dia 24 de agosto de 1943, afixado no álbum, traça todo um histórico do trabalho da polícia política, mostrando como as conspirações nazistas em Santa Catarina existiam desde 1935 e como este estado, juntamente com o Rio Grande do Sul, tomou a dianteira nas operações de combate a essa ameaça nacional. Frisa que a exposição esteve na Capital Federal da época, o Rio de Janeiro, foi a São Paulo e novamente se solicitou que voltasse à capital carioca, mostrando o grande interesse que a exposição despertou e como foi de grande valia para abrir os olhos da população para um perigo contra o qual é necessário estar unido e em constante vigilância. Ao final ainda enaltece a atitude de João Kuehne em pôr uma bandeira com o símbolo nazista para os militares estadunidenses limparem os pés.

É significativo nesse contexto o papel que órgãos criados pelo governo Vargas como o DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda e o DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social e suas equivalentes em âmbito estadual, exerceram na construção e consolidação deste projeto de governo e de nação que o chefe de estado almejava. É evidente que essas láureas, para quem as recebia, significavam poder. Mais do que isso, uma distinção dentro da hierarquia rígida do Exército.

### **3.3 Sentidos, memórias, representações da exposição**

A exposição foi montada de forma que visitantes observassem atentamente aqueles objetos que remetiam ao perigo, provocando medo. O medo é uma emoção subjetiva, cada pessoa o sente de acordo com o lugar que está, as suas relações, o que representa naquele momento, portanto, é uma experiência que está nas relações culturais e tem historicidade. “O medo, este móvel amargo e inconfessável dos sujeitos históricos”, nas palavras de Sidney Chalhoub<sup>43</sup>, aparece nas narrativas da memória sobre a repressão durante a Segunda Guerra, como percebeu Marlene de Fáveri, que afligiu as pessoas de origem italiana, alemã e japonesa que estavam na mira da polícia política; e, também afetou as pessoas que estavam do outro lado, ou seja, os considerados nacionais (brasileiros) também tinham medo.

Observo que, na mesma medida que a polícia política aponta a nefasta estratégia nazista de direcionar esforços no sentido de “doutrinar” as crianças, também houve um especial esforço dos repressores em construir nestas crianças esta imagem do alemão enquanto vilão perigoso a

<sup>43</sup> CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos libertos e republicanos na cidade do Rio. **Revista Brasileira de História**, ANPUH, São Paulo, v. 8, n. 16, mar./ago. 1988, p. 103.



ser temido e combatido. Marlene de Fáveri entrevistou pessoas que eram crianças no contexto do Estado Novo e chama muito a atenção as percepções e visões que elas criaram acerca dos alemães e do contexto em que estavam vivendo. Sentiam-se totalmente em estado de guerra, em ameaça constante e viam nos alemães a personificação do mal e o maior produtor de medo<sup>44</sup>. Se entre adultos já foi tão eficaz a construção desse imaginário social do “perigo alemão”, nas crianças era possível encontrar um terreno ainda mais fértil e se os grupos nazistas eram extremamente organizados e estrategistas na sua missão de doutrinação e cooptação de mentes como acusavam os repressores, a máquina estatal do Estado Novo não ficava atrás.

A exposição, por certo, provocava sentidos; e o convite, afixado numa página do álbum, por si só mostra o imaginário associado à suástica, como vemos na imagem abaixo 30:

Figura 30 – Imagens da página 13 do álbum



Fonte – Acervo: Marlene de Fáveri

As imagens mostram que o convite para a exposição de material nazista, em Florianópolis, foi assinado por João Kuehne. À frente, a suástica imponente na fotografia da exposição e o convite, com espaço para nomear o convidado. No verso, a frase assim se expressa: “Procurando solapar os alicerces da nossa terra imortal, cuja história é um feixe de glórias imorredoiras, os déspotas e os tiranos nazis foram esmagados pelo acendrado patriotismo do nosso povo, amante da liberdade”. Era agosto de 1943, a guerra estava no auge na Europa; em Santa Catarina a repressão estava sendo fortemente exercida, e a frase diz que “os nazis foram esmagados”, ou seja, consideravam a empreitada da nacionalização forçada um evento patriótico que massacrara os nazistas. Isso não ocorreu, tanto que as manifestações neonazistas continuam. A frase por

<sup>44</sup> FÁVERI, 2004, p. 38–57.

certo foi reproduzida e quer mostrar uma história gloriosa da nação; no conjunto deste convite, o “perigo alemão” está presente: ao centralizar uma grande suástica com várias armas à sua frente, materiais diversos da exposição, este convite era recebido por autoridades, escolas, instituições, pessoas, e por certo formava subjetividades. O que sentiriam essas pessoas ao visitar esta exposição?

Isso fica claro na frase acima que ia junto com o convite para a exposição: “os déspotas e os tiranos nazis foram esmagados pelo acendrado patriotismo do nosso povo, amante da liberdade”. Mas que liberdade em um regime em que era proibido manifestar qualquer mínima oposição ao governante? Onde as decisões eram tomadas de maneira extremamente unilateral e centralizadora? Essa é uma das contradições que mais salta aos olhos do regime varguista, que se apresentava externamente ao lado da democracia, mas aplicava um ferrenho autoritarismo dentro do seu território.

O imaginário do “perigo alemão” foi fortemente produzido pela imprensa, por normatizações, editais, como vimos, e teve na política institucional as condições de sua produção. Na exposição estavam os símbolos desse medo que, dependendo do lugar social e das relações étnicas envolvidas, narravam o medo de diferentes formas. Faziam incitar rumores, boatos utilizados pela imprensa e se transformavam em verdades. As denúncias de que os alemães e italianos eram “quinta-coluna” ou traidores da pátria fazia reverberar em todas as relações.

Um professor que visitara a exposição deixou seu relato, publicado no jornal *Diário de São Paulo*, no dia 7 de agosto de 1943:

A campanha contra os métodos inescrupulosos dos ‘eixistas’, no seu trabalho de penetração no meio social brasileiro através da educação perniciososa da infância e da juventude, foi iniciada logo após o 10 de novembro de 1937. Livre dos entraves das camarilhas políticas, pôde o governo determinar prontas medidas para o ataque sistemático as escolas alemãs e japonesas que infestavam no interior. (Recorte anexo ao álbum).

O professor, não identificado, preocupa-se em engrandecer as medidas tomadas pelo governo, e as acha totalmente em prol de conseguir combater o perigo dos ditos “eixistas”. Preocupa-se com a “educação perniciososa da infância e da juventude” e remete ao verbo infestar - tornar fétido – ao concordar com as “prontas medidas para o ataque sistemático as escolas alemãs”. Por que o jornal publicara esta carta? Eivada de representações, estava de acordo com o ideário e a produção de imagens que povoavam já os imaginários no Brasil. A imprensa, como vimos, remete as questões de seu tempo, é só tem receptividade se emitir discursos que representem o que está em circulação; neste caso, os expurgos do ideário nazista.

A exposição foi um feito, largamente anunciada, noticiada, visitada por pessoas que queriam ver de perto a obra dos militares, como vimos. As manchetes estampavam diariamente o evento. Professores levavam os alunos para visitarem a exposição — o que disseram para os alunos? Não sabemos, mas temos registro do que escreveram. Os alunos do Grupo Escolar “Lauro Muller” foram levados para conhecer a exposição, e foi lhes cobrada uma redação após a visita. Algumas destas redações foram publicadas no jornal da Escola. Sobre isto, é possível perceber algumas destas representações no jornal *A Criança Brasileira*,<sup>45</sup> no qual os alunos do Grupo Escolar “Lauro Muller” escreviam. Segundo Marlene de Fáveri<sup>46</sup>, “o primeiro número deste jornal apareceu no dia 1o de maio de 1942, sob a direção da professora Nilza P. Speck, e trazia no centro da folha de rosto a fotografia de Getúlio Vargas” e também na capa os próximos números trazem Nereu Ramos, Darcy Vargas e outros políticos ou militares da época. Era um jornal laudatório que reproduzia imagens dos governantes com notícias de eventos à brasilidade, dias comemorativos como o dia da pátria, dia da criança, da higiene ou um evento da Liga Pró-Língua Nacional, todos com fins de formar patriotas.

No dia 28 de julho de 1942, o diretor do Grupo Escolar levou os alunos para uma visita a esta exposição e algumas destas redações foram publicadas no jornal da escola, como esta cuja autoria é do aluno José Hamilton Duarte Silva, do 1º ano:

No dia 28 de julho, à tarde, o nosso diretor, sr. Sálvio Oliveira, levou-nos à Secretária da Ordem Política e Social para vermos a exposição de utensílios de propaganda nazista. Existiam aí: bandeiras de seda, de um lado alemã e de outro lado brasileira; o busto do Hitler feito a canivete; um depósito para selos, em forma de tanque de guerra, tendo em cima a bandeira alemã; alguns quadros feitos com azas de borboleta. Havia, ainda, retratos de Hitler; condecorações com o distintivo alemão; livros, jornais, dicionários, revistas e álbuns; livros escolares ensinando o alemão; aparelhos radiotransmissor e máquinas de cinema. Encontravam-se também muitas armas alemãs; um canhão de fogo, espingardas, revólveres, pistolas. Visitamos também o presídio onde se encontravam muitos alemães presos.<sup>47</sup>

A redação descreve o que foi visto nesta exposição, com detalhes: é evidente que provocavam representações e subjetividades ou um imaginário de medo nas crianças em relação aos alemães. Porque professores e diretores levavam as crianças para esta exposição? Era parte da obra nacionalizadora e elementos que remetiam à cultura alemã eram imediatamente associados ao perigo que o outro representava.

<sup>45</sup> Jornal *A Criança Brasileira*, órgão bimensal do Grupo Escolar “Lauro Muller”. Dirigido pela Diretora Zita Callado Flores (nos anos iniciais). Foi editado de maio de 1942 a 1982, porém, o acervo consultado tem números esparsos, chegando ao número 96. Acervo de Marlene de Fáveri.

<sup>46</sup> FÁVERI, 2004, p. 70–71.

<sup>47</sup> Jornal *A Criança Brasileira*, nº 4 e 5, ano 1, do dia 12 de novembro de 1942.

A redação diz que “visitamos também o presídio onde se encontravam muitos alemães presos” — o que pensaram essas crianças diante de uma prisão? O que fora dito a elas? Por certo havia crianças de diferentes origens étnicas na escola, moradoras de Florianópolis, e era inevitável que os sentidos se aguçassem. Na memória de Emiliana B. da Silva, jovem à época, consta que visitou a exposição por curiosidade e conta que levou um susto — “Eu nunca tinha visto tanta arma junta!!! Um perigo, um perigo essa gente!”, disse.<sup>48</sup>

Em Santa Catarina, houve dois campos de concentração para presos políticos considerados perigosos à segurança nacional. Estes presos eram levados para a Penitenciária Agrícola da Trindade, Florianópolis,<sup>49</sup> e no presídio político Oscar Schneider, em Joinville. Muitos detidos nas comarcas do interior do Estado eram enviados para Florianópolis e internados na Penitenciária Agrícola como suspeitos de crimes contra a segurança nacional. O Ministério da Justiça considerava que o internamento dos “súditos de potência inimiga” era admitido pelo direito internacional, sem formalidades, mesmo que não houvesse indício de “atividade criminosa”.

Volto às representações: o que sentiam as crianças ao visitarem a exposição e os presos políticos? Praticamente não há fotografias destas penitenciárias, dos presos; há uma quantidade de correspondências que atestam sua existência, e cartas dos Consulados<sup>50</sup>.

O álbum, como vimos, teve clara intenção de guardar uma memória do êxito da exposição e da própria operação de combate aos inimigos do Eixo empreendida pela polícia repressiva em Santa Catarina. Quem guarda, seleciona; e a seleção dos materiais ali presentes deixa clara a história que queriam contar, e mais que isso, o que queriam que fosse memorado na posteridade. Devido à ausência de informações que tragam com exatidão a autoria e o momento de produção deste álbum, é preciso se ater a indícios que permitam perceber os meios e ações da polícia política. Partindo de uma perspectiva proposta por Ginzburg sobre o método de pesquisa histórica, cabe ao historiador encontrar vestígios que possibilitem compreender este contexto de produção, não com a intenção de reconstituir algo como realmente aconteceu, mas sim de compreender melhor um determinado contexto e as intenções de produção desta fonte<sup>51</sup>. Nesse sentido, o álbum teve o sentido de guardar uma memória da primeira exposição em Florianópolis, e que

<sup>48</sup> Emiliana B. Silva, 74 anos, Estreito, Florianópolis. Depoimento concedido em 29 jul. 2000, a Marlene de Fáveri. In: (FÁVERI, 2004, p. 312).

<sup>49</sup> Ofício Gab/969, de Etelvito Campelo D’Araújo, Diretor da Penitenciária do Estado, a Ivo D’Aquino, Secretário do Interior e da Justiça, em 24 de julho de 1941, sobre a criação da Penitenciária Agrícola da Trindade, “visando a reeducação profissional dos sentenciados e ao cultivo em larga escala de legumes e hortaliças para o consumo do estabelecimento(...)”. Ofícios Recebidos da Penitenciária do Estado – 1942. Palácio do Governo. APESC. Ver mais em: Fáveri. (ibid., p. 219)

<sup>50</sup> PERAZZO, op. cit., p. 200.

<sup>51</sup> GUINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143–179.

reverberou nas exposições nos outros estados da federação.

Todos os materiais expostos foram recolhidos durante a campanha de nacionalização, iniciada em 1938, e supõe-se que nos anos seguintes tenha se intensificado, dado o acirramento das tensões com o andar da guerra. Sobre o álbum, ele só existe porque alguém fotografou a exposição; e as fotografias foram cuidadosamente coladas nestas folhas. Da mesma forma, quem o produziu, o fez intencionalmente, recortou reportagens que supôs serem mais importantes acerca da exposição pelo país e nas páginas dos maiores jornais; e achou importante colar mensagens do DIP. Ou teria tido a parceria de membros da família, de uma mulher, por exemplo? Michelle Perrot<sup>52</sup> disse que as mulheres são as que mais guardam os artefatos do cotidiano, as memórias, as fotografias... são práticas da memória feminina.

O que nos intriga é que são símbolos que até os dias de hoje geram uma primeira reação de choque e repulsa, por isso esta discussão também é tão presente. Até que ponto podemos olhar somente com os olhos de hoje para estes materiais? Hoje nos deparamos com estes símbolos, especialmente a suástica e ficamos com receio, pois remetem aos horrores da Segunda Guerra Mundial, o holocausto, às prisões, ao extermínio de grupos. Desta guerra ficaram marcas fundas em muitas pessoas, tantos nos países europeus com a destruição e horrores dos bombardeios. Ficaram marcas nas populações estrangeiras ou filhos destas que viviam em Santa Catarina dado o desconforto de serem vistas como inimigas; ou a memória do medo construído de forma eficaz. Mais que tudo isso, ficaram os rancores, e os imaginários; e mais ainda as ideias fascistas que se desdobram até os dias de hoje.

Se na época isso era feito em prol da manutenção e solidificação de um governo centralizador e autoritário, hoje, em prol de uma democracia de caráter liberal, a lógica caminha em sentido análogo. Percebe-se no tempo presente repetições de práticas autoritárias vistas inúmeras vezes no passado, que dizem ser a saída para reestabelecer os valores morais da sociedade brasileira. Trabalhar nessa perspectiva contribui para descortinar práticas atuais nas reminiscências de outras passadas e perceber as permanências; busca-se romper com a ideia de que passado e presente estão totalmente desvinculados e que ao historiador só cabe o estudo do primeiro. E essa é a proposta da História do Tempo Presente, como escreveu Rousso, “um passado que ainda está presente”:

É isso que eu chamava uma “História que não passa”, um passado que não passa, que é sempre presente. Esta concepção de que o passado permanece sempre presente nos apresenta um grande debate, que traz discussão e polêmica,

<sup>52</sup> PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina: A Mulher e o espaço público. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 18, 1989.

pois é um regime de historicização novo. Não há muitos casos na História, no passado, onde se produziu dessa maneira. Entendo que a prática dos historiadores do Tempo Presente não pode ser compreendida fora desse contexto. Não é simplesmente uma maneira de escrever a História Contemporânea, é um pouco mais que isso. Há reconstruções, há o reconhecimento de determinados contextos<sup>53</sup>.

O álbum de memórias deixa sentidos possíveis de serem captados, analisados, compreendidos ou incompreendidos, mas que nos tocam pelo teor de suas marcas do passado, e mostram que outros sentidos se fazem hoje, com diferentes discursos. É possível dizer que, há 72 anos a caça aos nazistas foi eficaz, mas não fez com que aquelas ideias de eugenia, preconceitos, racismo, violências com cunho fascista fossem banidas.

---

<sup>53</sup> AREND; MACEDO, op. cit., p. 208–209.





#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segunda metade da década de 1930 no Brasil. O presidente Getúlio Vargas, por meio de um golpe de estado, instaura um governo autoritário e ditatorial com poderes para direcionar suas ações e combater aqueles que fossem considerados potenciais ameaças ao seu governo. Na Europa, governos alinhados a uma política totalitária emergem ao poder, como a Alemanha, a Itália, a Espanha. A Segunda Guerra Mundial se desenha nesse contexto de disputas de poder em torno de objetivos expansionistas, e a América Latina passa a ser alvo de disputas nas relações internacionais.

O Sul do Brasil, com uma parcela significativa da população advinda da imigração europeia desde meados do século XIX, foi alvo de disputas, e de preocupações do governo Vargas, que empenha uma campanha de nacionalização forçada a partir de 1937. Com a guerra em curso, e as pressões e correlações de forças, pendendo entre os Aliados e o Eixo, Vargas assume o lado dos Aliados, capitaneado pelos Estados Unidos, e passa a empreender a perseguição a estas populações de origem europeia, mais especialmente alemães e italianos.

A língua, as manifestações culturais e políticas, a origem, os denunciava; foram montados aparatos da força policial para conter os idiomas, as manifestações da cultura, e adveio um período de perseguições, apreensões, delações, desapropriações e demissões sobre as populações de origem dos países que compunham o Eixo – Itália, Alemanha e Japão. Entre esses teuto-brasileiros, o sentimento de orgulho da pátria de origem aparece nas manifestações, sendo que uma parte destes imigrantes expressava sua simpatia pelo Nazismo e Fascismo, mantendo laços, falando o idioma, mais precisamente manifestando a adesão ao Nazismo. Documentos comprovam, como demonstrado por historiadores do tema, a presença de adeptos do Nazismo e partidários do regime no Brasil.

A perseguição, através de leis, decretos, editais, normatizações e da força policial, foi em grande parte eficaz, como vimos na montagem da exposição de material nazista ocorrida em Santa Catarina, no ano de 1942. Os objetos recolhidos mostram que havia ressonância daquelas ideias nazifascistas, dada a quantidade e diversidade de materiais expostos, e, especialmente, armas e materiais com a suástica.

A polícia política em Santa Catarina, através do Departamento de Ordem Polícia e Social (DOPS), empreendeu um grande projeto de investigação, perseguição e recolhimentos de materiais nas casas, nos clubes caça e tiro e nas escolas, bem como no fechamento da imprensa em língua dos países ligados ao Eixo. A exposição de material nazista recolhido foi pensada

para alertar a população dos perigos de uma suposta invasão da Alemanha, como uma forma pedagógica de assustar e provocar o medo; e, também de enaltecer o trabalho executado pelas autoridades responsáveis pela segurança nacional.

A imprensa, sob um rigoroso regime de censura ou se mantinha favorável ao governo ou era extinta; o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) controlava as publicações. Os jornais de circulação nacional, e no Estado de Santa Catarina, exaltavam o projeto de Vargas e, por conseguinte, as ações da polícia política. A exposição de materiais recolhidos teve repercussão na imprensa, com destaques nas manchetes e chamadas que publicavam fotografias de diversos ângulos, sempre com discursos de alertas à população dos perigos das ideias nazifascistas, não raro demonizando e incorporando sentidos captados das relações tensas já existentes devido ao estado de medo instaurado. O álbum, como vimos, guardou essa memória da exposição, constituindo-se com um artefato da memória histórica, evidentemente mostrando o lado dos vencedores, com apologias aos feitos da polícia política e dos governantes. A exposição de material nazista pode ser lida como o resultado de perseguições levadas a cabo num contexto de relações internacionais tensas, nas quais o Brasil, como ponto estratégico da geopolítica, tomou um lado e promoveu a campanha de nacionalização e a caça aos que estavam do lado dos países do Eixo. Serviu, portanto, tanto para a aliança mais estreita com os Estados Unidos, país que fomos reféns durante décadas seguintes; quanto para afirmar e louvar quadros da polícia política.

Porém é equivocado pensar que a nacionalização forçada e a perseguição aos que seguiam as ideias do regime de Hitler tenha extinguido quaisquer resquícios dos ideais nazistas no Brasil. Nos últimos anos tem sido cada vez mais recorrentes manifestações de intolerância, muitas delas associadas e declaradas defensoras da ideologia nazista. Uma série de manifestações nesse sentido, muitas delas inclusive apelando para o uso de violência física, têm alertado para a maneira perigosa como tais discursos retornam à nossa sociedade.

Uma imagem que abre o primeiro capítulo deste trabalho mostra que, em dezembro de 2014, um professor do Alto Vale catarinense mantinha na sua piscina uma imagem da suástica, remetendo que “SC tem herança histórica de ideais propagados por Hitler”, ou um “Passado histórico cultural deixam rastros do nazismo no Estado”.<sup>1</sup> Na reportagem estão dados da pesquisa da antropóloga Adriana Dias, feita através de dados de acessos a sites na internet, e mostra que grande parte dos simpatizantes ao nazismo no Brasil se encontram em Santa Catarina, com cerca de 45 mil pessoas se encaixando nesse perfil. É um número consideravelmente grande,

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/12/nazismo-sc-tem-heranca-historica-de-ideais-propagados-por-hitler-4661083.html>> Acesso em: 25 de outubro de 2018.

mas que de certa forma não surpreende. Consta da pesquisa de Adriana Dias que o Partido Nazista Brasileiro foi fundado em Santa Catarina, na cidade de Timbó, no ano de 1928, atingindo um número muito expressivo de adeptos principalmente nas regiões sul e sudeste do Brasil. "Estima-se que existiram 2,9 mil filiados ao partido em 17 estados brasileiros".<sup>2</sup>

Os dados mostrados nos capítulos deste trabalho dão conta das apreensões de materiais de cunho nazista pela polícia política no Estado, e mostram a grande quantidade de apoiadores do nazismo nas décadas de 1930 e 1940. Mas, aquelas ideias não foram de todo extirpadas, e continuam capilarizadas; se manifestam na intolerância para com as populações negras, indígenas, homossexuais, mulheres - Zilda Iokoi nos dá conta que "A Intolerância nasce da negação do outro e cresce como um polvo cujos tentáculos acabam envolvendo uns e outros num movimento autofágico, mediado por ódios e pela guerra"<sup>3</sup>.

Em 1997, com a lei nº 9.459, no Brasil, passa a ser crime manifestações de cunho nazista: "§ 1º Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo".<sup>4</sup> Mesmo assim ainda são recorrentes manifestações dessa natureza. Nos tempos atuais, a intolerância e o ódio estão visíveis na sociedade. Com combater tais manifestações? Elie Wiesel dimensiona esta preocupação:

Pertenço a uma geração traumatizada, que sofreu na pele e na consciência uma glorificação do ódio; conseguiu vencer o nazismo e os fascismo, mas não a intolerância e o fanatismo que os caracterizam.

Como combater a intolerância? Com o fascismo, sabemos como agir. O fascismo é um sistema, uma estrutura, uma vontade de dominação, uma base política que almeja conquistar o poder. O fascismo é simples: com ele não transigimos. Nunca. Nós o denunciemos, desmascaramos, rejeitamos, repudiamos, nós o excluimos da sociedade humana.

A intolerância é mais complicada, porque mais sutil. Onde reconhecê-la? Como discerni-la?<sup>5</sup>

Esta pesquisa pretendeu mostrar como a imprensa divulgou a exposição de material nazista, montada a partir das manifestações e artefatos recolhidos e afixados num álbum de memórias da polícia política. E por certo, houve intolerância advinda da construção das imagens

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/brasil-teve-o-maior-partido-nazista-fora-da-alemanha-cf8zq3aco0zap6q9928osdzym/>> Acesso em: 25 de outubro de 2018.

<sup>3</sup> IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **Intolerância e resistência**: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975). São Paulo: Humanitas; Itajaí: UNIVALI, 2004, p. 29.

<sup>4</sup> BRASIL. Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997.

<sup>5</sup> WIESEL, Elie. Prefácio. In: BARRET-DUCROCQ, Françoise (Org.). **A intolerância**: Foro Internacional sobre a Intolerância. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 8.

que demonizavam, generalizando todo italiano, alemão e descendente como um nazista em potencial, exacerbando o ódio e o preconceito.

No tempo presente, novamente os jogos de poder se entrelaçam aqueles do passado: novamente estamos voltando a ser reféns de projetos externos que tem no liberalismo econômico o mote para intervenções, muito mais sutis e perigosas. Para a socióloga e professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Carla Cristina Garcia, “não há dúvidas de que vivemos uma nova onda das teses que fundaram o nazismo”, sendo “correto falar em nova onda, pois, as ideias que têm permeado o ideário conservador do Ocidente, nunca deixaram de existir, mas, neste momento, ganham nova força com a ascensão dos movimentos mais progressistas.”<sup>6</sup> Vivemos outras formas de intolerância e preconceitos, de produção de imaginários de medo, de destruição de vias democráticas, de manifestações de ódio. Outros tempos, novos desafios em defesa dos direitos humanos e da democracia.

---

<sup>6</sup> <https://www.viomundo.com.br/politica/carla-cristina-garcia.html>

## FONTES

### Livros

RIBAS, Antônio de Lara. O punhal nazista no coração do Brasil. Florianópolis: IOESC, 1943.

### Álbuns

Álbum da exposição de material nazista, 1943. Acervo da professora Marlene de Fáveri.

### Periódicos - Álbum da exposição nazista

Jornal *A Manhã*, Rio de Janeiro, 30 de maio de 1943.

Jornal *Correio Paulistano*, São Paulo, 6 de agosto de 1943.

Jornal *A Gazeta*, São Paulo, 6 de agosto de 1943.

Jornal *O Radical*, Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1943.

Jornal *A Manhã*, Rio de Janeiro, 29 de maio de 1943.

Jornal *A Noite*, Rio de Janeiro, 9 de julho de 1943.

Jornal *A Noite*, São Paulo, 5 de agosto de 1943.

Jornal *A Manhã*, Rio de Janeiro. SEM DATA.

Jornal *A Notícia*, Joinville, 11 de agosto de 1943.

Jornal *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 25 de julho de 1943.

Jornal *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 3 de junho de 1943.

Jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1943.

Jornal *Folha da Noite*, São Paulo, 6 de agosto de 1943.

*Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*, Florianópolis, 19 de agosto de 1942.

Jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 de maio de 1943.

Jornal *Correio Paulistano*, São Paulo, 6 de agosto de 1943.

Jornal *A Noite*, São Paulo, 11 de agosto de 1943.

Jornal *O Dia*, São Paulo, 6 de agosto de 1943.

Jornal *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1943.

Jornal *Diário da Noite*, São Paulo, 16 de agosto de 1943.

Jornal *A Noite*, Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1942.

Jornal *Nova Era*, Rio do Sul, 15 de agosto de 1943.

*Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*, Florianópolis, 30 de julho de 1943.

*Diário de São Paulo*, São Paulo, 7 de agosto de 1943.

**Periodicos - Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina**

Jornal *Diário da Tarde*, Florianópolis, 28 de julho de 1942.

Jornal *A Notícia*, Joinville, 26 de julho de 1942.

Jornal *A Gazeta*, Florianópolis, 28 de julho de 1942.

**Sítios eletrônicos**

<https://noticias.r7.com/cidades/dono-de-piscina-com-suastica-ja-teve-objetos-nazistas-apreendidos-e-deu-ao-filho-o-nome-de-adolf-04122014>

<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/juiz-barra-porao-do-dops/>

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/AManha>

<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/12/nazismo-sc-tem-heranca-historica-de-ideais-propagados-por-hitler-4661083.html>

<https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/brasil-teve-o-maior-partido-nazista-fora-da-alemanha-cf8zq3aco0zap6q9928osdzym/>





## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? (e outros ensaios)**. Chapecó: Argos, 2009.
- ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de; CARDOSO, José Leandro Rocha. Aconteceu, virou manchetete. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 41, 2001.
- AREND, Silvia Maria Fávero. Já nas bancas: meninas e meninos das páginas de uma revista semanal (Brasil, década de 1990). In: MOREIRA, Rosemeri (Org). **O gênero e os meios: imprensa, televisão e cinema**. Londrina: Syntagma, 2014.
- AREND, Silvia Maria Fávero; MACEDO, Fábio. Sobre a História do Tempo Presente: Entrevista com o historiador Henry Rousso. **Revista Tempo e Argumento**, v. 1, n. 1, 2009.
- BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi**: Anthropos-Homen. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985. v. 5.
- BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Editora UnB, 1982.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierri; SIRINELLI, Jean François (Orgs.). **Para uma história cultural**. Editorial Estampa, 1998.
- \_\_\_\_\_. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al. (Orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. **Revista Brasileira de História**, ANPUH, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CAMPOS, Cynthia Machado. **A Política da Língua na Era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: Novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Editora Contexto, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- \_\_\_\_\_. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo: Caminhos Metodológicos. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos et al. (Org.). **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino**: imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Casablanca tropical. **Revista Veja**, São Paulo, n. 1486, 7 de fev. de 2001.

\_\_\_\_\_. O Estado Novo, o Dops e a ideologia de segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

\_\_\_\_\_. República, identidade nacional e anti-semitismo (1930-1945). **Revista de História**, São Paulo, n. 129-131, p. 153-163, ago./dez. 1993.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Frederico (Orgs). **Tempos de fascismos**: Ideologia, Intolerância, Imaginários. São Paulo: Edusp, 2010.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos libertos e republicanos na cidade do Rio. **Revista Brasileira de História**, ANPUH, São Paulo, v. 8, n. 16, mar./ago. 1988.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. Defesa e Ilustração da Noção de Representação. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

CHAUÍ, Marilena. Sobre o medo. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COELHO, Ilanil. **Joinville e a campanha de nacionalização**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1993.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente**: 1300 – 1800, uma cidade sitiada. Tradução: Maria Lucia Machado e Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DIETRICH, Ana Maria. **Caça às suásticas**: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da polícia política. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Fapesc, 2007.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, v. 4, n. 1, 2012.

FALCÃO, Luiz Felipe. A guerra interna (integralismo, nazismo e nacionalização). In: BRANCHER, Ana (Org.). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 1999.

\_\_\_\_\_. **Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX**. Itajaí: Editora da UNIVALI, 2000.

FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina**. 2. ed. Florianópolis: Ed. UFSC; Itajaí: Ed. Univali, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, Tempo Presente e História Oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 2002.

FIORI, Neide. Corporação militar e rumos da educação brasileira: o exército e a escola nos tempos do Estado Novo. **Blumenau em Cadernos**, Fundação Cultural de Blumenau, Blumenau, v. XLII, n. 7/8, jul./ago. 2001.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura F. de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GUINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)**. São Paulo: Humanitas; Itajaí: UNIVALI, 2004.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora USP, 1999.

KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: **História e memória**. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.

LUCA, Tania Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINKI, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MACEDO, Kárita Bernardo de. **Carmen Miranda em Hollywood: filmes para uma boa vizinhança**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – UDESC, Florianópolis.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interface. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996.

MONTEIRO, Jaecyr. **A nacionalização do ensino em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.

MORAIS, Fernando. **Corações sujos**. São Paulo: Cia de Letras, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo vermelho”**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PERAZZO, Priscila Ferreira. **O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina: A Mulher e o espaço público. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 18, 1989.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a guerra. **Revista da USP**, São Paulo, SP, n. 26, 1995.

PRIORI, Cláudia. Violência na vida política brasileira e a urgência de novas pesquisas históricas - Elizabeth Cancelli. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 5, n. 9, jul./dez. 2013.

RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

RÉMOND, René. Do político. In: **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBAS, Antônio de Lara. **O punhal nazista no coração do Brasil**. Florianópolis: IOESC, 1943.

RODEGHERO, Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul, 1945-1964. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

SANTI, Alexandre de. Nazismo no Brasil. **Revista Superinteressante**, São Paulo, p. 64, abril 2017.

SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. **Protocolo do bom cidadão – Série Fontes**: lições de moral e civismo na organização da educação em Santa Catarina (1920-1950). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

SEYFERTH, Giralda. A ideia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 10, n. 22, jul./dez. 2004.

\_\_\_\_\_. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: FCC, 1981.

\_\_\_\_\_. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

\_\_\_\_\_. Socialização e Etnicidade: a questão escolar teuto-brasileira (1850-1937). **Mana**, v. 23, n. 3, p. 579–607, 2017.

WIESEL, Elie. Prefácio. In: BARRET-DUCROCQ, Françoise (Org.). **A intolerância**: Foro Internacional sobre a Intolerância. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

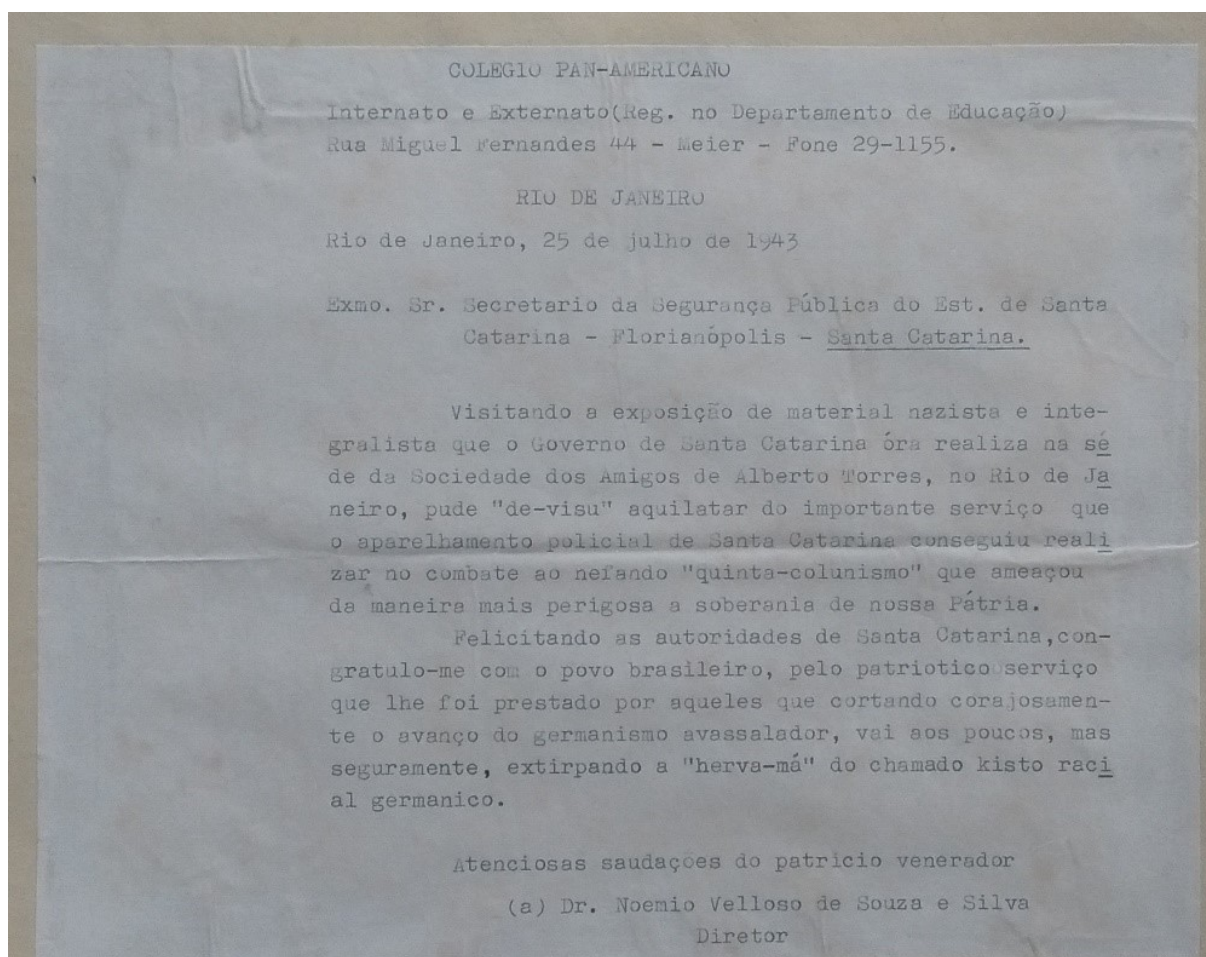
ZANELATTO, João Henrique. Integralismo: o fascismo brasileiro em Santa Catarina. **Seminário CSA, UNESC**, v. 2, n. 2, 2010.





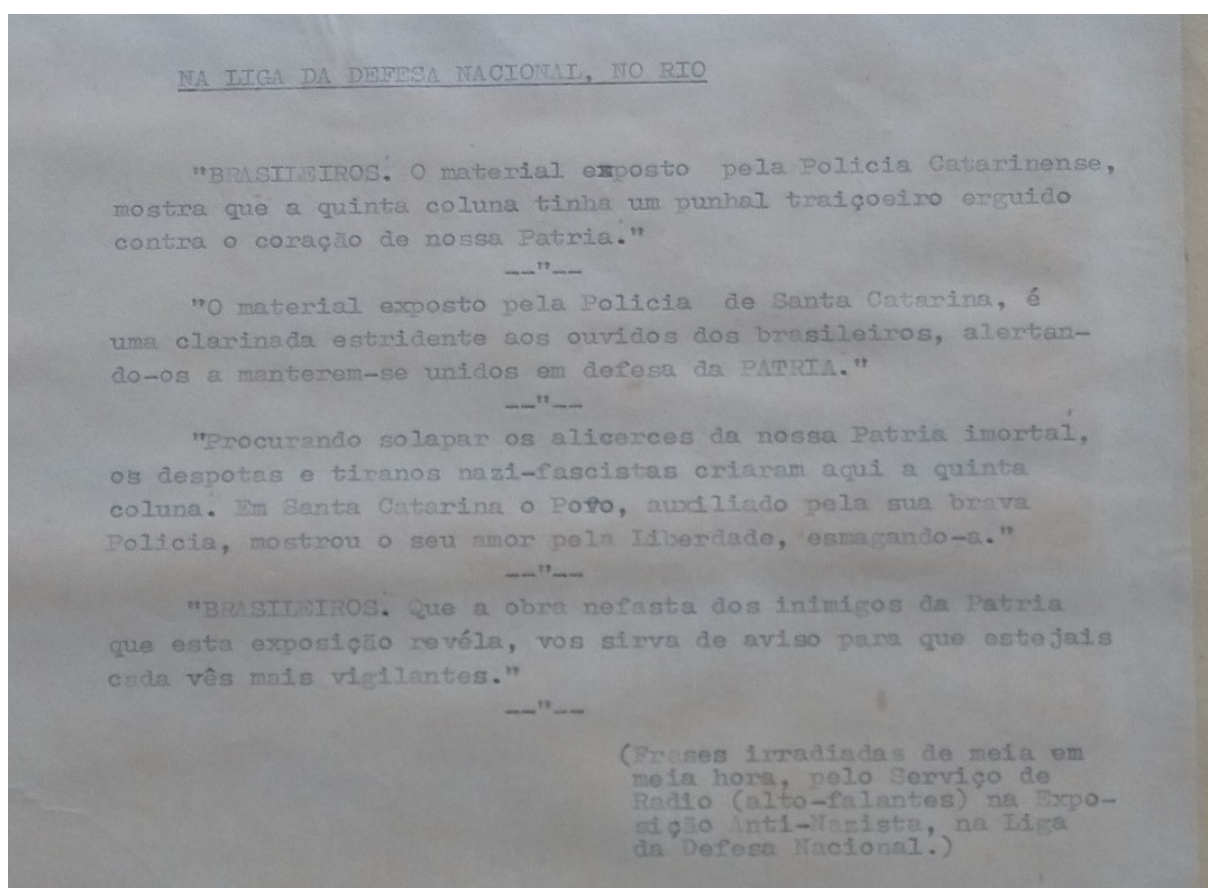
**ANEXO A – FOTO DOS DOCUMENTOS ORIGINAIS**

Figura 31 – Correspondência colada no álbum, na página 16



Fonte – Acervo Marlene de Fáveri

Figura 32 – Documento colado no álbum (1943), na página 14



Fonte – Acervo Marlene de Fáveri